

RICARDO DE MOURA FARIA

**UTOPIAS DO
SÉCULO XX**

Copyright © 2013 Ricardo de Moura Faria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Faria, Ricardo de Moura. Utopias do século XX / Ricardo de Moura Faria – Belo Horizonte : edição do autor, 2013.

Bibliografia.

1. História moderna – século XX. 2. Revoluções – China. 3. Revoluções – Cuba. 4. Revoluções – Rússia.
5. Socialismo. I. Título.

01.2652

CDD-909.82

Permitida a reprodução parcial, desde que autorizada pelo autor e citada corretamente a fonte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A REVOLUÇÃO RUSSA	19
Império grandioso, mas...	20
Os partidos políticos e suas ideias	25
1905: Uma revolta abala o Império	28
A guerra traz o caos para o Império	32
Todo o poder aos soviets. Aos soviets?	35
A guerra civil e a sucessão de Lênin	39
A era stalinista: o socialismo mais distante	42
A expansão do bloco soviético	48
A desestalinização	51
Polônia e Hungria: o socialismo em questão	54
A era Brejnev, a Primavera de Praga e o Solidariedade	57
E a sociedade?	59
<i>Perestroika</i> e <i>Glasnos</i>	63
O fim da utopia?	66

A REVOLUÇÃO CHINESA 70

A vida camponesa	71
O sol se põe no Império Chinês	73
As novas vozes sociais	75
As dificuldades dos comunistas	78
Os japoneses invadem a China	81
O difícil começo	83
“Que desabrochem cem flores...”	86
O Grande Salto para a Frente	88
A Revolução Cultural	92
Valores sociais impensáveis no Ocidente	96
O processo de desmaoização	97
As Quatro Modernizações	99
A China e o futuro	106

A REVOLUÇÃO CUBANA 110

O “Perigo Vermelho” chega à América	110
A luta contra os espanhóis e contra os Estados Unidos	111
A denúncia do imperialismo	113
Da guerrilha à revolução	114
Grandes mudanças ocorrem na ilha	118
A crise dos mísseis	121
Transformações sociais	122
Problemas internacionais	125
Cuba e URSS: dependência/solidariedade	129
Esporte e cultura	131
O fim da ajuda soviética: o fim da utopia?	133
E o futuro?	

CONCLUSÃO

SUGESTÕES PARA LEITURA

INTRODUÇÃO

No século XX, que começou com grandes esperanças e terminou cabisbaixo, as sociedades preocupavam-se enormemente em buscar soluções para os seus problemas: é possível viver uma organização solidária em vez de uma realidade competitiva? Planejamentos bem feitos podem evitar o desperdício de um lado e fome, de outro? Colocar o coletivo na frente do individual pode deixar de beneficiar uns poucos, mas não beneficiará a maioria?

Para uns eram perguntas ingênuas, para outros, generosas. Para uns eram soluções utópicas. Para outros, científicas.

Em meados do século passado, com o socialismo real implantado em países da Europa – Rússia, Polônia, Bulgária, Romênia, Iugoslávia, Tchecoslováquia, etc; na Ásia – China, Rússia Asiática, Vietnã, Coreia do Norte; na África e até na América, parecia a todos que, efetivamente, “o mundo caminhava para o socialismo”. Havia até uma piada norte-americana segundo a qual os americanos otimistas estudavam o russo, enquanto os pessimistas, o chinês.

Hoje, o muro de Berlim está destruído e o *american way of life* vencedor e até na Rússia as pessoas perguntam-se como e por que o mundo não caminhou na direção do comunismo; perguntam-se também de onde vieram as ideias que estabeleceram as bases ideológicas daquelas que foram, por razões diferentes, as grandes revoluções do século XX.

Em 1518, o humanista THOMAS MORUS publicou na Inglaterra um livro intitulado *A utopia*. A partir do relato do personagem RAFAEL HIPLODEUS, ele desenvolveu a ideia de uma sociedade baseada no igualitarismo, na ampla participação de todos, enfim, uma sociedade que realizava a velha aspiração humana de justiça e igualdade. Essa sociedade, segundo Morus, estava instituída na ilha da Utopia.

O pensamento utópico, no entanto, não se limita à obra do escritor inglês. Antes do período renascentista, no qual MORUS viveu, ideias semelhantes já haviam sido formuladas. Outros autores, como CAMPANELLA (*A cidade do sol*), também abordaram na mesma época o assunto. E nos séculos XVIII, XIX e XX periodicamente surgiam outras utopias. E em todas elas, independentemente da época, ressurgia o ideal de igualdade.

Mas foi sobretudo após a implantação do capitalismo, com suas desigualdades sociais, que essas ideias reapareceram com mais força e os teóricos que as formularam tornaram-se conhecidos e exerceram considerável influência na sociedade. Na verdade, ainda exercem.

No século XVIII, um grupo de teóricos, franceses em sua maioria, trouxe novamente à discussão a questão da organização social voltada para a diminuição ou eliminação das gritantes diferenças entre os indivíduos. Na realidade, algumas de suas ideias serão aproveitadas pelos teóricos da segunda metade do século XIX, porém outras foram completamente abandonadas.

CHARLES FOURIER propôs a criação dos Falanstérios, grandes comunidades de dez mil pessoas, em que proprietários e trabalhadores conviveriam de forma mais harmoniosa, uma vez que cada um trabalharia de acordo com a atração passional que tivesse para tal ou qual atividade.

O conde HENRI DE SAINT-SIMON postulava que a vida das classes populares seria sensivelmente modificada para melhor quando se instalasse um governo de sábios e de grandes industriais, e LOUIS BLANC afirmava que representantes das cooperativas de trabalhadores deveriam participar do governo.

Defendia BLANC, ainda, a criação das “oficinas nacionais”, financiadas pelo Estado, em condições tais que permitissem aos trabalhadores produzir e concorrer vitoriosamente com as empresas privadas.

PIERRE LEROUX, ao que tudo indica, foi o primeiro a empregar a palavra “socialismo”, isso em 1832. Em seu entendimento, cabia ao Estado distribuir as riquezas entre os indivíduos e, para isso, deveria ser levado em conta quanto cada operário produzia, a qualidade de seu trabalho e as suas necessidades.

No livro *Viagem a Icária* (1842), ETIENNE CABET descreve um país imaginário (Icária), no qual o Estado é o único proprietário dos meios de produção (terras, indústrias etc.) e garante a distribuição dos produtos para todos, independentemente do trabalho desempenhado. Tal sistema teria surgido a partir de uma revolução, segundo CABET.

O inglês ROBERT OWEN dificilmente poderia ser considerado socialista, pois era um empresário. Teve, no entanto, uma atuação diferenciada dos demais empresários de sua época, pois dava atenção aos problemas sociais. Criou escolas para os filhos de seus trabalhadores, reduziu a jornada de trabalho para dez horas (costumavam ser de 15, 16

horas...) e defendia a fundação de cooperativas de operários.

Tais ideias, mais tarde denominadas de “socialistas utópicas”, exerceram pouca influência posterior, mas tiveram o mérito, como assinalamos, de trazer à tona novamente a discussão sobre a melhor forma de organização social.

Muito mais significativos do que esses pensadores, e exercendo influência até os dias de hoje, foram os anarquistas e os marxistas, cujos trabalhos surgiram notadamente na segunda metade do século XIX.

Anarquismo é uma palavra que merece um comentário, pois é associada, no senso comum, à baderna, violência, desordem, confusão. Na realidade, o conceito de Anarquismo não pode ficar restrita ao entendimento do senso comum. Anarquismo é uma corrente de ideias políticas contrárias ao princípio da autoridade e cujo nome tem origem grega, significando “negação do poder”. O objetivo último dos anarquistas é a construção de uma sociedade coletivista, o que se daria no mesmo momento da derrubada do capitalismo. Destruir-se-ia a propriedade capitalista e o Estado burguês ao mesmo tempo.

Essas ideias surgiram com PIERRE-JOSEPH PROUDHON que, em 1840, publicou *Sobre a propriedade*, livro em que afirmava ser a propriedade um roubo (porque serve unicamente para explorar o trabalho de outrem), mas ganharam consistência graças aos escritos de MIKHAIL BAKUNIN e PIERRE KROPOTKIN.

Entre outras coisas, BAKUNIN escreveu:

Detesto o comunismo porque trata-se da negação da liberdade e eu não posso conceber nada humano sem a liberdade. Não sou comunista ainda porque o comunismo concentra e absorve todas as forças da sociedade nas mãos do Estado, enquanto eu quero a abolição do Estado – a extirpação radical da autoridade e da tutela do Estado, que, sob o pretexto de moralizar e civilizar os homens, até hoje só os aviltou, oprimiu, explorou e depravou. Quero a organização da sociedade e da propriedade coletiva ou social de baixo para cima, pelo caminho da livre associação, e não de cima para baixo, por meio de qualquer autoridade seja ela qual for. É nesse sentido que eu sou coletivista e de nenhuma maneira comunista.

Algumas das ideias fundamentais de BAKUNIN estão expressas no texto: a importância da liberdade; a abolição do Estado, considerado opressor; e a livre associação. Essa questão do Estado será a grande diferença entre os anarquistas e os marxistas, pois os anarquistas não concordam

com a existência de qualquer tipo de Estado, nem mesmo um Estado operário.

KROPOTKIN defendia a ideia de que os trabalhadores deveriam estar conscientes de sua ação revolucionária. Dessa forma, quando derrubassem a ordem liberal e capitalista, não permitiriam que fossem criados mecanismos de poder que pudessem voltar a coagir os indivíduos. A organização das comunas dar-se-ia com base no governo de si mesmos: uma democracia direta, portanto.

Muitos outros teóricos contribuíram com suas ideias para o movimento anarquista, que chegou a ter muita influência em vários países da Europa e da América, inclusive no Brasil.

Entretanto, foram as ideias formuladas por MARX e ENGELS que produziram o impacto maior, à medida que, no século XX, vários movimentos revolucionários as utilizaram, tentando colocá-las em prática. Estão nesse caso as revoluções russa, chinesa e cubana.

Tentar sintetizar o pensamento de MARX em alguns parágrafos sempre é um trabalho perigoso, pois corre-se o risco de reduzi-lo e vulgarizá-lo. Mas é necessário que o tentemos, até mesmo para verificarmos, ao final, se tais ideias realmente se concretizaram nos países em que a revolução foi vitoriosa.

Após estudar meticulosamente o funcionamento e a dinâmica do capitalismo, MARX e ENGELS concluíram que dentro do próprio capitalismo estariam as “sementes” que o destruiriam. Essas sementes seriam, basicamente, a apropriação privada dos lucros e a exploração generalizada dos trabalhadores. Assim, enquanto uma minoria privilegiada passava a dispor de tudo, a maioria explorada só possuía a sua força de trabalho, recebendo por ela apenas o necessário para sua sobrevivência. Essas contradições provocariam a luta entre esses dois grupos, ou classes sociais, resultando na vitória do proletariado e esmagamento da burguesia. A propriedade privada seria, então, extinta, e o Estado liberal-burguês seria substituído pelo Estado operário (ditadura do proletariado).

A função básica da ditadura do proletariado seria destruir o que restasse da antiga ordem e, com o tempo, ir progressivamente se enfraquecendo, pois não haveria necessidade do Estado na sociedade comunista que seria implantada em seguida.

Vê-se, portanto, que MARX compreendia que o capitalismo somente seria destruído por um processo revolucionário derivado da luta de classes. E o que viria depois? Uma etapa de transição para se chegar ao comunismo. Nessa etapa de transição, o Estado operário destruiria os remanescentes do Estado burguês

e as classes sociais começariam a desaparecer em virtude do princípio de igualdade que começaria a se consolidar. Essa ideia era particularmente atrativa para os trabalhadores, submetidos a duríssimas condições de vida e de trabalho no século XIX.

A sociedade comunista seria aquela em que a propriedade privada dos meios de produção (terras, fábricas, etc.) não mais existiria, substituída pela propriedade social (coletiva); em que os homens produziram não mais mercadorias e sim objetos de uso, distribuídos a todos, enfraquecendo o uso do dinheiro; em que os trabalhadores teriam o controle sobre a produção; e, evidentemente, em que haveria a reafirmação da democracia, com a mais ampla participação de todos.

A construção de uma sociedade nova implicava também o surgimento de um “homem novo”. A ideia, comum naquela época (e ainda hoje...), de que alguns homens nasceram para mandar e outros para obedecer, definitivamente não poderia continuar existindo na sociedade que MARX e ENGELS imaginaram. O “novo homem” da “nova sociedade” teria uma educação aprimorada e poderia escolher livremente sua atividade social. Não teria de se submeter a um trabalho imposto, apenas para garantir sua sobrevivência. Ele seria “livre” na verdadeira acepção da palavra, deixando de ser um mero

consumidor passivo para se tornar um produtor cultural ativo e criador. Seu pensamento não seria egoísta e ele daria à sociedade segundo suas capacidades, e dela receberia de acordo com suas necessidades. Seria um homem solidário, corajoso, disciplinado, que pensaria mais na humanidade do que em si próprio.

MARX não gostava muito da palavra “socialismo”, pois queria guardar uma distância segura de suas ideias em relação às que o procederam; por isso utilizava “comunismo”. Porém, em decorrência essencialmente das interpretações feitas pelos historiadores soviéticos após a Revolução de 1917, o socialismo passou a ser considerado uma fase intermediária entre o capitalismo e o comunismo; aquele momento em que, por meio da ditadura do proletariado seriam destruídas as bases do mundo capitalista e se avançaria para a construção da sociedade comunista.

No século XIX as ideias marxistas difundiram-se, principalmente entre os trabalhadores e seus sindicatos. MARX e ENGELS, afinal, acenavam para algo muito importante: a revolução que os trabalhadores deveriam fazer para derrubar a burguesia era a sua “missão histórica”. O conflito entre o capital (burguesia) e o trabalho (proletariado) estava na ordem do dia. Na segunda metade do

século XIX o capitalismo conheceria uma enorme crise, exasperando os trabalhadores e levando-os a abraçarem a causa socialista.

Partidos políticos foram criados com base nas teorias marxistas, se bem que alguns, com o tempo, modificaram-se bastante, quando não abandonaram totalmente determinados princípios esboçados por MARX e ENGELS.

Não houve nenhuma revolução, no século XIX, que conseguisse passar da teoria á prática. No entanto, em 1871, ocorreu um movimento extremamente importante na França, levando tanto os marxistas quanto os anarquistas à reflexão. Foi a Comuna de Paris.

Em 1870 a França foi derrotada pelos prussianos. O imperador NAPOLEÃO III teve de renunciar e o exército francês estava aprisionado. Isso abriu um “vazio de poder” na França, imediatamente ocupado pelos trabalhadores de Paris. Foi um momento espontâneo, que não seguiu qualquer projeto ou plano previamente traçado e levou os trabalhadores ao poder político, ainda que apenas naquela cidade. Essa experiência durou pouco mais que 70 dias e foi esmagada violentamente pelo exército francês libertado pelos prussianos.

Por que a Comuna foi tão violentamente reprimida? Sem dúvida, porque naquele episódio algo de novo havia acontecido e assustava a burguesia. A democracia que se procurou implantar era ampla. Em cada bairro os habitantes escolhiam os seus representantes, que se reuniam numa federação de *communards*. Eles eram eleitos diretamente e podiam ter seus mandatos cancelados a qualquer momento pelos próprios cidadãos. Nenhum eleito receberia mais do que o salário de um trabalhador qualificado para participar dos órgãos políticos. Determinaram que o exército não existiria mais e a defesa ficaria por conta de milícias populares.

MARX acreditava que o grande erro da Comuna foi não ter eliminado a propriedade privada: isso deixou a burguesia com força suficiente para retomar o controle da situação, empregando uma violência sem limites.

Nas páginas que se seguem serão analisados três movimentos revolucionários do século XX, marcados pelas ideias marxistas. Poderemos perceber, entretanto, que entre a teoria e sua tentativa de realização houve uma distância muito grande. Tentaremos dar pistas para o entendimento das razões que levaram a esse distanciamento.

É necessário, ainda, enfatizar que iremos abordar o chamado “socialismo real”, isto é, vamos tratar de sociedades que procuraram estabelecer um novo sistema político e econômico, tentando entender sua gênese, seu desenvolvimento e suas realizações e se os caminhos escolhidos efetivamente se construíram modelos alternativos ao capitalismo. E completaremos o estudo tentando entender as razões que levaram à “implosão do socialismo real” e as perspectivas que se abrem hoje para aquelas sociedades.

É importante que tal estudo seja feito, especialmente nos dias de hoje, em que os adversários do comunismo buscam demonstrar que a falência da URSS significa a falência do ideal elaborado no século XIX. Será? Existe alguma outra alternativa visível nos nossos dias para o capitalismo, com seu consumismo desenfreado, seu individualismo exasperante e suas desigualdades sociais acentuadas, além da depredação quase absoluta da natureza?

Devemos entender que as utopias igualitárias perderam seu lugar com a “vitória” do mundo capitalista? Ou, pelo contrário, que hoje, mais do que nunca, elas são necessárias? Afinal, será possível sonhar com uma sociedade na qual haverá justiça social, igualdade, liberdade, o fim da exploração do homem pelo homem, enfim, uma sociedade

em que os homens possam ser felizes, dispondo de tudo aquilo que a tecnologia é capaz de produzir e podendo dedicar parte de seu tempo à cultura, às outras pessoas... ou será que não temos sequer o direito de sonhar?

Sugerimos, ao final, uma bibliografia sumária, em português, para os que desejarem se aprofundar no tema. Evidentemente não intentamos produzir uma obra conclusiva ou definitiva, mas tão-somente apresentar um assunto dos mais relevantes para todos os que se preocupam em estudar a história contemporânea. Narrar o acontecido, mais que discutir teoricamente as questões envolvidas em tema tão polêmico: essa foi a opção que tomamos.

Este livro, com pequenas modificações, já foi publicado em 2001, pela Editora Contexto, com o título “As revoluções do século XX”, pelo que agradecemos a JAIME e CARLA PINSKY pela solicitação da obra. Duas alunas, hoje já pós-graduadas, contribuíram com pesquisas em jornais e revistas: DANIELA DENIZE FREITAS e GEORDANA NATALI REQUEIJO. Os colegas professores doutores ANNA FLÁVIA ARRUDA LANNA e WELLINGTON DE OLIVEIRA leram os originais fizeram sugestões e críticas. Mas é óbvio que o autor é o responsável pelo texto final.

A REVOLUÇÃO RUSSA

Em 1917, a Europa estava em chamas. Já havia três anos que as tropas do Império Austro-Húngaro tinham invadido a Sérvia, dando início ao mais pavoroso conflito que os europeus tinham conhecido até aquele momento: a Primeira Guerra Mundial. O cansaço tomava conta dos soldados, que não estavam mais dispostos a lutar pelas suas respectivas “mães-pátrias”. Essa imagem, de forte conteúdo ideológico, atingira seu objetivo no início da guerra, mas sua força arrebatadora esvaiu-se lentamente.

Em um dos países envolvidos no conflito, a situação social era particularmente dramática: o Império Russo, governado pela dinastia ROMANOFF. Um território imenso, com quase 20 milhões de quilômetros quadrados, habitado, no início do século XX, por aproximadamente 130 milhões de pessoas, em sua maioria vivendo no campo em precárias condições.

Poucas cidades tinham mais de 100 mil habitantes, e apenas duas atingiam o milhão: Moscou e São Petersburgo.

O Império Russo havia participado do conflito desde o primeiro momento, apoiando a Sérvia contra as pretensões austríacas. E dera-se mal, pois não possuía condições adequadas para enfrentar a temível Alemanha, aliada do Império Austríaco. A guerra, assim, teve o papel de “gota d’água para entornar o copo das insatisfações sociais e produzir uma das revoluções mais significativas do século XX.

Esse “copo” já vinha sendo enchido há muito tempo, pois os problemas que levaram à revolução não surgiram durante a Primeira Guerra Mundial, mas vinham de longa data. Para melhor entendimento, faz-se necessário regressar ao século XIX e analisar as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais do império, uma das regiões mais atrasadas da Europa.

IMPÉRIO grandioso, mas ...

Observando o mapa do Império Russo nas primeiras décadas do século XX, verá que ele se constituía de uma área enorme, mas praticamente dividida em duas pelos Montes Urais. Para o ocidente ficava a parte na qual a população concentrava-se, onde estavam as maiores cidades e as melhores terras

agricultáveis. Para o leste dos Urais, desertos gelados quase inviabilizavam o ralo povoamento.

Povos variados habitavam, além dos russos, esse imenso território, tais como poloneses, ucranianos e lituanos, entre outros. Os não-russos tinham sido dominados dura e progressivamente pelos russos, encontrando-se completamente reprimidos. O russo era a língua oficial e, portanto, nas escolas não se podia lecionar a língua materna de outros povos. Os valores culturais dos não-russos eram desprezados nesse processo de “russificação” levado a efeito pelos imperadores, os chamados czares. Não se deve pensar, entretanto, que a dominação russa era aceita com passividade. A história do Império Russo está repleta de movimentos de rebeldia dos povos alógenos.

A estrutura política do Império calcava-se nos moldes do absolutismo de direito divino, que existira outrora na Europa Ocidental. Um czar (título derivado de César, herança do Império Romano da Antiguidade) governava com amplos poderes, tendo como sustentáculo uma nobreza corrupta e parasita, um clero conivente e forças armadas cujos comandantes eram oriundos da nobreza.

As terras pertenciam aos grupos privilegiados da sociedade e eram cultivadas por camponeses miseráveis (cerca de 80% da

população, que permaneceram na condição de servos até 1861.

Nem mesmo a abolição da servidão melhorou sua situação. Na realidade, a emancipação, criada por um decreto do governo imperial, atendeu, evidentemente, aos interesses da nobreza, então devidamente indenizada pelas “perdas” dos direitos feudais.

Os camponeses ganharam a liberdade, mas não a propriedade da terra, que continuou com os poderosos. A condição de vida dos camponeses tampouco se modificou: eles continuaram vivendo de forma miserável. É bem verdade que as reformas permitiam aos camponeses deslocarem-se e tentarem a sorte individualmente. Havia um banco camponês que tinha recursos à disposição. Entretanto, apenas os camponeses mais abastados conseguiam os empréstimos. Acentuou-se, dessa forma, uma diferenciação social e econômica entre eles. De um lado, a massa de camponeses pobres; de outro, um grupo de camponeses enriquecidos, que ficaram conhecidos como *kulaks*.

Essencialmente agrícola, o Império Russo, no entanto, começava a se aproximar da modernidade econômica no final do século XIX, quando surgiram os primeiros núcleos industriais. Eram poucos, localizados em algumas regiões estratégicas do ponto de vista do capital estrangeiro, maior financiador dos

projetos industriais no Império. Uma industrialização semicolonial que se forjava, portanto, bastante atrelada aos empreendedores franceses, belgas, ingleses e alemães, dispostos a investir no Império enquanto deste obtivessem matérias-primas e mão-de-obra baratas.

Reflexos sociais do processo de industrialização foram o surgimento de uma burguesia fraca, muito dependente dos sócios do exterior e dos favores do Estado imperial, e de um proletariado geograficamente concentrado em pouquíssimas cidades, submetido a duríssimas condições de trabalho e de vida. As jornadas de trabalho eram de 12, 14 horas, conforme a atividade. Os salários eram muito baixos, sofrendo, ainda, com os descontos por alimentos e roupas adquiridos em armazéns e lojas próximas às fábricas.

Os proletários alimentavam-se mal: pão preto, couve, pepinos e trigo eram tudo o que chegava às mesas de suas casas. Carne, quase nunca. Vodca era a bebida preferida, mas eles quase nunca podiam comprá-la, por ser cara; tomavam, então, o *kwass*, bebida produzida a partir da fermentação da cevada. A alimentação das pessoas abastadas, evidentemente, era bem distinta, misturando receitas russas às francesas. Quase todas as famílias com posses orgulhavam-se do luxo de terem um cozinheiro francês à sua disposição.

Os trabalhadores urbanos, em sua maioria, eram recém-egressos do campo (tinham sido expropriados, muitos não conseguiram pagar as dívidas contraídas e dirigiram-se às cidades com a perspectiva de melhorarem suas condições de vida), tendo, portanto, a dificuldade adicional de adaptarem-se ao cotidiano das cidades, com seus horários, ritmos e métodos de trabalho completamente diferentes daqueles a que estavam acostumados.

Concluindo esse breve panorama das condições do Império Russo, podemos verificar que ele não passava de “um colosso com pés de barro”, como afirmado pelo historiador JEAN BRUHAT. Uma ampla gama de problemas desafiava a capacidade dos governantes. A questão mais complexa para os que detinham o poder era como conciliar a estrutura política existente e a modernização econômica que estava ocorrendo, sem abrir mão dos privilégios arraigados por séculos. Os súditos do Império, por sua vez, demandavam do governo a implantação de reformas sociais que melhorassem as condições de vida da população. Mudanças políticas, como a elaboração de uma constituição e a ampliação da liberdade de expressão e dos direitos de participação na vida pública também eram reivindicados.

Ao mesmo tempo em que os czares sistematicamente se recusavam a empreender reformas sérias e amplas, ecoavam, vindas do Ocidente, ideias revolucionárias, que encontraram muitas cabeças dispostas a ouvi-las e a tentar colocá-las em prática, meso pela via drástica da revolução.

OS PARTIDOS políticos e suas ideias

Na Europa Ocidental o liberalismo era vitorioso, tendo seu processo de afirmação se iniciado no século XVIII, com a Revolução Francesa. Fruto das ideias dos escritores conhecidos como Iluministas, o liberalismo se apresentava como a síntese do pensamento da burguesia ocidental, que defendia o fim do absolutismo monárquico, a igualdade jurídica dos cidadãos e a mais ampla liberdade econômica, significando a não intervenção do Estado na economia e deixando caminho livre para a burguesia agir por conta própria. Ao mesmo tempo que os governos liberais se impunham no mundo da política, a Revolução Industrial consolidava novas formas de produção (a maquinofatura, o sistema fabril). No entanto, os governos liberais implantados haviam, na realidade, transferido o poder político da monarquia e da nobreza para a

burguesia, não abrindo espaço para a participação popular.

O crescimento da importância da classe trabalhadora levou-a a reivindicar melhorias nas suas condições de vida e de trabalho e a possibilidade da criação de um governo realmente democrático. Daí o surgimento de ideias contrárias ao liberalismo, conclamando à democracia plena e ao socialismo. Tais ideias chegaram ao Império Russo, e algumas delas estavam presentes nos programas dos principais partidos políticos, que procuravam adequá-las à sua realidade.

O Partido Constitucional Democrata (Cadete), com apoio da nobreza liberal e dos setores da burguesia, tinha como proposta fundamental a transformação política: era necessária, para seus líderes, a implantação de uma monarquia parlamentarista nos moldes ocidentais. Com isso, a Rússia ficaria mais bem “integrada” às forças políticas e econômicas da Europa, e a burguesia e seus aliados da nobreza teriam mais controle sobre a política econômica do Império, podendo conduzi-la de acordo com seus interesses.

O Partido Socialista-Revolucionário (SR) e o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) representavam os interesses dos grupos que se opunham ao liberalismo e também à política aristocrática do Czar.

O SR tinha suas bases nos camponeses e nos intelectuais. Propunha a reforma agrária imediata, com o confisco das propriedades latifundiárias e sua distribuição aos camponeses, sem ônus para o Estado.

Já o proletariado urbano era o ponto de apoio do POSDR, cujas ideias derivavam do marxismo. Objetivava a revolução social e a construção do socialismo. O POSDR, no entanto, em pouco tempo cindiu-se em duas facções. Isso ocorreu no Congresso de 1903, quando se discutia o programa do partido. JULIUS MARTOV, um dos líderes, propunha um partido de massas, com uma ampla filiação de trabalhadores, que poderia, pela via eleitoral, adquirir uma maioria expressiva no Parlamento e, com isso conseguiria aprovar reformas sociais mais substantivas do que os liberais. Já VLADIMIR ILITCH ULIANOV, mais conhecido como LENIN, defendia a formação de um partido pequeno, constituído basicamente por revolucionários “profissionais”, pessoas dedicadas integralmente à militância e submetidas à mais rígida disciplina partidária. Esse partido deveria ser a “vanguarda” da classe operária: como uma locomotiva, seria capaz de puxar os vagões (os trabalhadores) para a realização da revolução.

Desse embate, surgiram dois grupos, que nunca mais se reconciliaram: os

bolcheviques (maioria), seguidores de LENIN e defensores da revolução; e os mencheviques, que continuaram fieis a MARTOV e propunham uma aliança tática provisória com a burguesia para conseguirem reformas que melhorassem a vida do povo.

Claro está que os partidos de caráter revolucionário foram duramente reprimidos pela polícia czarista, obrigando que seus líderes muitas vezes se exilassem e que seus congressos se realizassem no exterior.

Mas a efervescência política não sucumbia no Império. E, no início do século XX, alguns eventos forneceram combustível extra para provocar incêndios extraordinários.

1905: UMA REVOLTA abala o Império

No início do século XX, o processo expansionista do czar NICOLAU II em direção ao Extremo Oriente, colocou frente a frente os exércitos japonês e russo. Foi uma guerra que provocou efeitos devastadores no governo imperial russo. A vitória japonesa foi rápida e absoluta, conquistando Port Arthur, a Manchúria, a Coreia e dizimando completamente a esquadra russa.

As dificuldades econômicas agravadas pela derrota provocaram movimentos de insatisfação no interior da sociedade russa. Greves ocorreram em várias cidades. O episódio mais dramático, no entanto, ocorreu no dia 9 de janeiro de 1905, quando milhares de pessoas dirigiram-se em passeata pacífica até o palácio do czar para entregar-lhe uma petição. O documento relacionava as dificuldades pelos quais passavam os trabalhadores e pedia o atendimento a uma série de reivindicações.

Majestade! Nós, operários da cidade de São Petersburgo, nossas mulheres, nossos filhos e nossos velhos pais inválidos, viemos a V. Majestade procurar justiça e proteção. Caímos na miséria, oprimem-nos, sobrecarregam-nos de trabalho esmagador, insultam-nos; ninguém reconhece em nós o homem. Somos tratados como escravos que devem aguentar pacientemente seu amargo e triste destino e calar!

Em seguida, o documento elencava uma série de demandas divididas em três grandes conjuntos: medidas contra a ignorância e a arbitrariedade que reinava; medidas contra a miséria do povo; medidas contra a opressão do trabalho pelo capital.

Ao aproximarem-se do palácio, no entanto, os manifestantes foram recebidos a tiros. Tão brutal “recepção” deixou os trabalhadores perplexos, afinal, o czar ainda

era considerado o “paizinho” do povo. Era impossível compreender a razão do massacre. Protestos eclodiram em várias cidades. No campo, explosões de ódio popular contra os nobres e contra o clero deixaram um saldo dramático de sangue. Vários povos alógenos se revoltaram. Os marinheiros do encouraçado Potemkim se levantaram contra os constantes maus-tratos de que eram vítimas, executaram os oficiais e assumiram o comando da embarcação. A onda de revoltas espalhava-se rapidamente. Em outubro daquele ano havia quase dois milhões de trabalhadores de braços cruzados.

Para tentar diminuir o ímpeto revolucionário, o czar prometeu reformas, entre as quais a possibilidade de criação de uma constituição, até então não existente. Daí as esperanças com a convocação da Duma (assembleia que, segundo se pensava, elaboraria a constituição russa) e a liberalização do regime. Essas promessas, entretanto, revelaram-se inócuas. A Duma foi dissolvida, uma nova assembleia foi logo convocada e também teve o mesmo destino.

Importa assinalar que, durante essa revolta de 1905, foi criado o primeiro Soviete (Conselho). De acordo com VOLIN, um dos participantes da reunião em que se decidiu pela sua criação, o objetivo do Soviete seria vigiar os acontecimentos, servindo de ligação

entre os trabalhadores, para informá-los da situação e até mesmo poderia reunir em torno de si as forças revolucionárias.

Em pouco tempo, outros sovietes também foram criados e um deles, em particular, teve importância fundamental nos acontecimentos daí em diante: o Soviete dos operários de São Petersburgo, liderado por TROTSKI, diretor do jornal *Izvestia*.

O movimento de 1905 teve um grande significado histórico, já que demonstrou a insatisfação popular generalizada. As reformas prometidas pelo czar ficaram apenas no papel, quase nada se modificando. Portanto, o quadro de insatisfação manteve-se e estava pronto para explodir novamente em outra oportunidade. LENIN, um dos líderes bolcheviques, entendeu, com isso, que 1905 teria sido o “ensaio geral” para 1917. No teatro, o ensaio geral é aquele momento final, em que a peça já foi devidamente estudada e ensaiada pelos atores e só falta tocar o sinal para que as cortinas se abram e tenha início o espetáculo. O “sinal” para a Revolução Russa foi a Primeira Guerra Mundial.

A GUERRA traz o caos para o Império

Em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, provocada principalmente pela disputa de mercados entre as principais potências europeias. Outros fatores também contribuíram para a eclosão do conflito, como os nacionalismos radicais então presentes no continente. Porém, não iremos discutir essas razões aqui. Importa saber que o Império Russo – em nome da necessidade da união dos povos eslavos (pan-eslavismo), ideologia que ocultava a vontade imperial de continuar se expandindo em direção aos Bálcãs – tão logo o Império Austro-Húngaro invadiu a Sérvia, correu em defesa desta.

Que razões teriam levado o governo russo a participar efetivamente desse conflito? Inegavelmente, a guerra era interessante, pois traria como resultado (contando-se com a vitória, é claro!) a dominação imperial sobre extensas áreas dos Bálcãs, garantindo livre navegação entre o Mar Negro e o Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, o governo acreditava que, com a guerra, o fervor nacionalista (defesa da mãe-pátria) tornar-se-ia, para a população do Império, algo mais significativo do que o socialismo, permitindo o enfraquecimento deste último e mantendo camponeses e operários rigidamente disciplinados sob as ordens do czar.

A atitude russa levou a Alemanha, aliada dos austríacos (Tríplice Aliança), a declarar guerra ao Império Russo.

O envolvimento russo na luta contra a Alemanha revelou-se um total desastre. Derrotas foram a tônica, e uma grande parte do Império foi invadida e ocupada pelos alemães, o que criou, para a população, um grave problema, pois, como já afirmamos, era na parte ocidental do Império que estavam as terras agricultáveis, muitas das quais caíram em poder dos inimigos.

Dessa forma, uma agricultura que necessitava fundamentalmente da quantidade de terras e de trabalhadores viu-se, de imediato, com dois graves problemas: as terras disponíveis foram reduzidas em decorrência da ocupação inimiga, e milhares de camponeses, recrutados para o exército, perderam suas vidas nas frentes de batalha. O resultado não se fez esperar: desabastecimento e fome.

O próprio suprimento do exército estava comprometido pela ausência de uma estrutura industrial adequada. Os protestos dos operários em relação às suas condições de trabalho aumentaram pelo efeito do desabastecimento. Greves espocavam a todo momento. Mesmo os setores mais moderados da sociedade russa compreendiam que a manutenção do governo de NICOLAU II era

impraticável. O regime estava condenado e desabaria a qualquer momento.

A insatisfação popular atingiu seu auge nos primeiros meses de 1917. As trabalhadoras da fábrica têxtil de Putiloff, em São Petersburgo, cruzaram os braços em fevereiro, por causa da falta de pão. Seu movimento alastrou-se rapidamente e, no dia seguinte, já havia perto de 100 mil operários em greve em toda a cidade. São Petersburgo literalmente parou nos dias seguintes, levando o governo a enviar tropas para enfrentar os operários. Mas, em grande parte das vezes, os soldados acabavam se confraternizando com os grevistas e os principais edifícios públicos iam sendo ocupados pelos revoltosos.

Autoridades fugiam, outras eram presas. Presos políticos eram libertados e arquivos policiais queimados. Os soviets iam, aos poucos, se fortalecendo e assumindo um grande poder de liderança sobre os trabalhadores. Os bolcheviques nem sempre eram maioria nos soviets, mas constituíam, sem dúvida, o grupo mais combativo.

No final de fevereiro de 1917 (ou março, no calendário ocidental), as pressões populares foram tantas que o czar foi forçado a abdicar em 2 (15) de março. A Duma (a terceira assembleia convocada pelo czar, depois dos acontecimentos de 1905) determinou a criação de um governo provisório, formado por LVOV,

um nobre, MILIUKOV, militante do Cadete e KERENSKI, um socialista moderado. O Soviete de Petrogrado, entretanto, permanecia atento e, em pouco tempo, ele e os demais sovietes (comandados pelos bolcheviques e pelos SRs) perceberam as indecisões e fraquezas do novo governo, passando a fazer oposição sistemática. Por essa razão fala-se na existência de um “duplo poder” nesse período.

A grande falha do governo provisório foi manter a Rússia envolvida na guerra. Tal atitude causou vivo descontentamento, abrindo espaço na sociedade para o apoio às críticas dos bolcheviques. Regressando à Rússia em abril (estava exilado na Suíça), LENIN pronunciou o conhecido discurso, depois transformado no livro *As teses de abril*, conclamando os bolcheviques a derrubarem o governo provisório e assumirem o poder. Em seu discurso, as palavras de ordem: “Todo o poder aos sovietes!”

TODO O PODER aos sovietes. Aos sovietes?

Transferir o poder aos sovietes era implantar uma democracia plena na Rússia. Eles, afinal, eram os representantes dos trabalhadores, dos camponeses, dos soldados, enfim, de todos os grupos da sociedade que,

até aquele momento, estavam ausentes do poder. As palavras de LENIN eram, portanto, um alento para a grande maioria da população russa. Porém, entre as palavras e a realidade, um enorme abismo se interpôs. De fato, foi o Soviete de Petrogrado que derrubou o governo provisório em outubro (novembro) de 1917, entregando o poder ao Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Lenin.

Como se verá, no entanto, o poder nunca ficou com os soviets. O Partido Bolchevique, que assumiu o nome de Partido Comunista, deteve, a partir de então, todo o poder. E, evidentemente, não existe democracia quando um único partido detém o poder de forma absoluta, sem admitir qualquer contestação (os outros partidos foram colocados na ilegalidade), mesmo que seus líderes digam que governam “em nome dos trabalhadores”.

Pode-se afirmar que aí, no exato momento em que a revolução se tornava vitoriosa, uma grande contradição começava a surgir. E, com toda a certeza, a tarefa de construir o socialismo ficava comprometida desde então.

O que aconteceu com os soviets? Progressivamente, à medida que o Partido Comunista assumia o controle de todas as esferas da vida social (a produção e a circulação de produtos, a imprensa, os

sindicatos etc.), os sovietes foram transformados em meras correias de transmissão das ordens emanadas das lideranças do governo. Os dirigentes dos sovietes tornaram-se totalmente afinados com as diretrizes do partido e, dessa forma, os sovietes perderam sua capacidade de discussão e de proposição, transformando-se em meros executores de ordens e controladores dos operários. Como já disse um crítico: “LENIN e seus companheiros conseguiram a proeza de criar uma república soviética... sem sovietes...”

As primeiras medidas do novo governo sinalizavam uma ampla transformação das estruturas do antigo Império Russo. A paz imediata foi proposta (em seguida seria assinado, com a Alemanha, o Tratado de Brest-Litovski, por meio do qual a Rússia saiu oficialmente da guerra); divulgou-se que o controle operário sobre a produção seria instituído (e muitos entenderam que os trabalhadores passariam a decidir eles próprios sobre como administrar as fábricas) e a propriedade privada sobre a terra foi abolida. Esta última medida teve o impacto de atrair o campesinato para o lado dos bolcheviques, enfraquecendo os SRs. Em pouco tempo, no entanto, os conflitos surgiram, pois, se os revolucionários queriam implantar o socialismo, que pressupõe a economia coletivista, os camponeses desejavam tornar-se, na realidade, proprietários das terras em

que trabalhavam. Esse foi outro grande conflito de interesses que marcou o processo revolucionário russo.

ISAAC DEUTSCHER, historiador polonês e profundo conhecedor da realidade soviética, analisando essa questão reconheceu que o socialismo despertava desconfianças, temores ou hostilidade dos camponeses exatamente por ser contra o princípio da propriedade privada dos meios de produção. O individualismo econômico do campesinato levava-o a defender a tomada das terras dos nobres e do clero, mas não admitia sua estatização. Em outras palavras, os camponeses queriam a terra para si, o que, evidentemente, contrariava os pressupostos fundamentais defendidos pelos bolcheviques.

Quanto ao controle operário sobre a produção, com o tempo verificou-se que não passava de um palavrório vazio, pois os operários nunca tiveram essa oportunidade. Os cargos dirigentes das fábricas eram ocupados por burocratas nomeados pelo partido, que tinham de cumprir rigorosamente as decisões da cúpula. E os operários sequer eram ouvidos.

A GUERRA CIVIL e a sucessão de LENIN

Os antigos senhores de terras, aliados à burguesia e tendo apoio das potências capitalistas, iniciaram um movimento de resistência contra-revolucionária, tentando destruir os bolcheviques. Daí originou-se uma guerra civil, prolongando-se até 1921. O exército “branco”, comandado pelos antigos generais da época czarista, enfrentou o exército “vermelho, liderado por TROTSKI que, ao final, tornou-se o grande vitorioso, consolidando a vitória bolchevique e destruindo as bases de oposição ao novo regime.

Duras medidas foram tomadas pelos bolcheviques no decorrer do conflito, ficando conhecidas como “comunismo de guerra”: nacionalização de todas as empresas, bancos, terras; equiparação de salários; instituição da obrigatoriedade de os camponeses entregarem toda sua produção ao governo.

Ao final do conflito, o país estava arrasado e com a fome rondando os lares. Os alimentos eram distribuídos em cotas para as famílias. Milhares de casas estavam destruídas e muitas pessoas encontravam-se ao abandono. Os camponeses se recusavam a continuar atendendo ao confisco de sua produção. Mesmo nas forças armadas

ocorreram protestos, como na revolta dos marinheiros da fortaleza de Kronstadt, duramente reprimida pelo governo bolchevique.

Terminada a guerra civil, as potências capitalistas adotaram uma política de isolamento da União Soviética (URSS – instituída em 1922), na tentativa de evitar que as ideias socialistas se espalhassem pela Europa Ocidental. Essa política ficou conhecida pelo nome de “Cordão sanitário”.

O novo regime que se instalava na URSS não conseguiria, portanto, apoio externo. Ele deveria se constituir a partir de suas próprias bases, ou seja, a partir do nada, pois após anos de guerra mundial e civil, o novo Estado encontrava-se completamente arrasado. Essa situação complexa levou LENIN a propor uma reforma econômica visando, essencialmente, à reconstrução que abriria possibilidades para enfrentar os desafios futuros. Foi a Nova Política Econômica (NEP) implantada logo após a guerra civil.

A NEP manteve o controle estatal sobre os setores mais importantes da economia (grandes indústrias, bancos, comércio externo), mas abrandou algumas decisões tomadas anteriormente. Os camponeses, por exemplo, não tiveram mais de entregar ao Estado toda a sua produção. Poderiam vendê-la, após pagarem os devidos impostos. Os

salários diferenciados foram novamente autorizados. Alguns autores consideram que a NEP instituiu uma economia mista na URSS, pois tornou-se evidente que determinadas práticas típicas do capitalismo estavam de volta ao cotidiano. Aliás, o próprio LENIN reconheceu abertamente que a reconstrução só poderia ser efetivada por meio dessas práticas. Ele não as temia, pois, como afirmou, era “um passo atrás, para dar dois passos à frente”.

LENIN, no entanto, não viveu para ver os resultados da NEP. Com efeito, veio a falecer em 1924. Sua morte trouxe à tona a disputa pela sucessão entre dois bolcheviques históricos: TROTSKI e STALIN.

TROTSKI era um intelectual brilhante, e também revelou-se um revolucionário incansável, dirigindo o Soviete de Petrogrado e formando o Exército Vermelho. Era adepto da ideia de “exportar a revolução” para toda a Europa como uma forma de garantir a própria sobrevivência do socialismo soviético.

STALIN tinha origem camponesa. Envolveu-se vivamente no processo revolucionário e assumiu, posteriormente, o cargo de secretário-geral do Partido Comunista. Não partilhava as mesmas ideias de TROTSKI, defendendo a “revolução num só país”. Alguns autores argumentam que essa concepção de STALIN fora tomada por causa do fracasso de outros movimentos

revolucionários na Europa, enquanto outros acreditam que STALIN não queria outros países socialistas por não ter certeza de que conseguiria mantê-los submetidos ao seu comando.

O controle da máquina partidária permitiu a STALIN tornar-se o grande vitorioso e suceder a LENIN no comando da URSS. TROTSKI e seus adeptos tornaram-se oposição e terminaram sendo perseguidos, presos e/ou exilados. Refugiando-se no México, onde conseguiu asilo político, o antigo líder revolucionário continuava incomodando STALIN com artigos e livros em que denunciava o que, a seu ver, eram “desvios” do novo dirigente. Ele foi assassinado em 1940, provavelmente a mando de STALIN.

A ERA STALINISTA: o socialismo mais distante

STALIN governou a URSS com mãos de ferro até 1953. Foi um ditador, na mais completa acepção do termo. No setor econômico, inaugurou a era dos Planos Quinquenais, a partir de 1928. Os dois primeiros planos visavam à implantação de uma poderosa indústria de base, conseguindo êxito relevante e levando a URSS a um

impressionante crescimento industrial. A produção de carvão, por exemplo, passou de 28,4 milhões de toneladas a 320,4 milhões (de 1922 a 1953) e a de aço, de 1,4 a 38,1 milhões de toneladas, no mesmo período.

Esses números são bem significativos, mas são frios. Não fornecem indicações das inumeráveis questões sociais colocadas na URSS e, especialmente, nada dizem a respeito das condições de vida e de trabalho dos operários. Um grande processo de urbanização verificou-se, houve um êxodo rural muito grande e praticamente a metade da população passou a viver em cidades. É claro que isso trouxe uma série de novos problemas, entre eles o da falta de moradia. Nas cidades, os trabalhadores enfrentavam dificuldades para adaptar-se ao novo estilo de vida e ao novo ritmo de trabalho. As dificuldades de adaptação dos novos operários produziram uma legislação severa, com os trabalhadores sendo agressivamente vigiados dentro das fábricas, tendo seu tempo, atitudes e hábitos fortemente controlados. Para dificultar as mudanças constantes de cidade por parte dos trabalhadores insatisfeitos e não prejudicar o planejamento econômico do Estado, o governo criou a necessidade do “passaporte interno”.

Melhoraram, então, as condições da vida material do povo? Com certeza, se compararmos a situação àquela anterior a

1917. As mulheres passaram a ter papel destacado na sociedade, todos tinham direito à educação e o analfabetismo praticamente desaparecera da URSS. O desemprego fora então quase totalmente erradicado e toda a população era atendida por médicos e hospitais.

As condições de trabalho, no entanto, assemelhavam-se mais ao capitalismo do que a uma sociedade socialista. Adotaram-se os métodos tayloristas, típicos do ocidente europeu e dos Estados Unidos, em que a divisão do trabalho torna-se o fundamento básico da produtividade e o trabalhador não tem o controle sobre o processo de produção. Manteve-se o sistema de salários, estimulando a competição entre os trabalhadores e as fábricas.

A agricultura foi coletivizada à força, tendo os camponeses resistido a isso quanto puderam. Milhões de *kulaks* foram exterminados, outros milhões de camponeses foram enviados a outras partes do imenso território, perdendo suas raízes. A criação dos sovcozes e colcozes, imensas fazendas mecanizadas, tinha por objetivo motivar a produção. Nas primeiras, a terra e o produto final eram do Estado; as outras eram cooperativas, em que a terra era do Estado, mas a produção e os lucros podiam ser divididos entre os membros do *kolkos*.

A participação política dos cidadãos soviéticos foi completamente expropriada. Por meio da violência, da censura e de perseguições, os soviéticos tornaram-se fantoches da burocracia partidária, virtualmente desaparecendo como sinônimo de participação democrática. Sindicatos também foram cooptados, e a grande massa da população passou simplesmente a votar em candidatos previamente selecionados, que pertenciam a um partido único. A democracia que deveria ser construída em regime que se pretendia socialista, transformou-se em cinzas. O regime era, de fato, burocrático-totalitário.

Milhões de pessoas que discordavam do governo ou que eram consideradas ameaças potenciais a ele foram presas e levadas para os campos de trabalhos forçados. Tais campos – os Gulags – e seus horrores ficaram conhecidos no Ocidente principalmente graças ao livro *O Arquipélago Gulag*, do dissidente ALEKSANDR SOLJENITSIN, o qual mostrava o funcionamento da extensa malha de campos criada em toda a URSS. Dificilmente se saberá o número exato de pessoas que morreram nesses campos, mas há quem calcule algo em torno de 12 milhões.

A época stalinista também contribuiu para frear a capacidade criativa dos artistas e cientistas soviéticos, submetidos à censura e aos parâmetros oficiais, altamente inibidores,

causando graves prejuízos em termos econômicos e culturais.

As críticas ao modelo político stalinista eram respondidas – e ainda há quem responda assim – pelos ideólogos do partido como “não podia ser de outra forma”. Afinal, a URSS estava cercada por nações capitalistas agressivas e a defesa do “socialismo” deveria ser feita de todas as maneiras possíveis. Lembra-nos um pouco o pensador MAQUIAVEL: “os fins justificam os meios”. Porém, é necessário recordar uma contra-partida a MAQUIAVEL, pois os meios podem inviabilizar completamente os fins. Isso foi percebido com muita clareza pelo escritor GEORGE ORWELL, em seu instigante livro *A revolução dos bichos*.

Neste livro, Orwell traça uma crítica contundente à Revolução Russa (apesar de não explicitar que é a esta revolução, mas a maioria dos leitores assim o entende), ao mostrar que os “porcos” que se tornaram dirigentes da granja após a expulsão dos homens de seu comando, ao final da história confundiam-se, por sua arrogância e autoritarismo, com aqueles, deixando perplexos os demais animais.

Traçada essa breve síntese do processo revolucionário soviético, é fundamental fazer um balanço dos resultados. Inegavelmente houve mudanças qualitativas e quantitativas. Como já afirmado, no plano da educação, da

saúde, da indústria, da agricultura, a URSS de 1940 era completamente diferente do Império Russo de 23 anos antes. Mas nem tudo era positivo, como também já afirmamos. Os métodos empregados para se chegar a esses impressionantes resultados positivos talvez não fossem os mais adequados em função do objetivo maior que se pretendia instalar: um novo modelo de sociedade, em que a exploração do homem pelo homem não mais existisse. As ações deveriam caminhar na direção da eliminação completa das diferenças sociais. E não foi o que aconteceu.

Por fatores vários, alguns dos quais já apontados, criou-se um hiato entre uma minoria – que detinha o poder político, o controle sobre a produção, e por extensão, um padrão de vida superior – e a grande maioria da população. Enquanto essa minoria possuía casas de campo confortáveis, acesso a armazéns onde se estocavam produtos inclusive importados, a maioria da população era obrigada a se empilhar em casas e apartamentos “coletivos” (várias famílias vivendo em um mesmo ambiente), e a enfrentar filas enormes para comprar os produtos mínimos necessários à sua sobrevivência. E, obviamente, não se pode deixar de lado a questão política, como já enfatizamos diversas vezes. A democracia estava ausente. Talvez o conjunto da população russa nem se desse conta disso,

pois, afinal, saiu de uma monarquia absolutista para cair numa ditadura pessoal. Ao “paizinho czar” sucedera o “grande pai dos povos”, STALIN, e, graças a este último, pelo menos era o que se podia verificar pelo senso comum, as coisas melhoraram. A maioria das pessoas que viviam em 1940 pôde sentir, pessoalmente, a diferença entre as duas realidades, a do Império e a da URSS; seus filhos e netos, com toda a certeza iriam querer algo mais.

Naquele momento, entretanto, o regime estava solidamente instalado e conseguia se manter incólume graças ao poderoso aparato repressivo representado pelas forças armadas e pela polícia política. Talvez por essa razão ele tenha sobrevivido, e até mesmo se expandido, após a Segunda Guerra Mundial.

A EXPANSÃO do bloco soviético

O modelo soviético foi, ao final da Segunda Guerra Mundial, imposto na Europa Oriental, transformada, então, em área de influência da URSS.

A Europa Oriental tornou-se “socialista” de forma diferente daquela trilhada pela URSS. De fato, na Polônia, Tchecoslováquia,

Hungria, Bulgária, Romênia na parte oriental da Alemanha não ocorreu um processo revolucionário como o desenvolvido pelos bolcheviques em 1917.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a resistência ao nazismo, naqueles países, foi realizada, fundamentalmente, pelos comunistas, que lideravam as “Frentes de resistência”. Tão logo encerrado o conflito, tais “Frentes” foram transformadas em “Frentes patrióticas”, com o apoio do exército soviético.

Daí para se assumirem como governos provisórios foi passo rápido. Mesmo minoritários, os comunistas exerciam grande influência no poder. A princípio, mantiveram-se as estruturas políticas anteriores, com a existência de vários partidos políticos; e também as econômicas, apesar de algumas ações mostrarem um caminhar para a estatização da economia e para uma ampla reforma agrária.

No entanto, quando começou a Guerra Fria entre os Estados Unidos (país líder do mundo capitalista) e a URSS, e os norte-americanos começaram a pressionar os governos aliados para eliminarem os comunistas, além de criarem uma organização militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para enfrentar a ameaça representada pela União Soviética, a situação modificou-se amplamente. A região foi

dominada por completo pela URSS, que impôs seu modelo político e econômico a todos os países e, para fazer frente à OTAN, criou o Pacto de Varsóvia, aliança militar que reunia os países da Europa Oriental e os soviéticos.

Tudo isso ocorreu a partir de 1948, e a expressão “cortina de ferro”, criada pelo ex-primeiro ministro inglês WINSTON CHURCHILL, passou a designar, para todo o mundo, e segundo a propaganda norte-americana, a separação entre o “mundo livre”, capitalista, e o “mundo comunista”.

O modelo soviético acabou por se impor na Europa Oriental, com exceção da Iugoslávia, cujo dirigente, TITO, rompeu com STALIN. Nos demais países, “mini-Stalins” atuavam em perfeita consonância com o “pai dos povos”. Porém, dada a maneira como se impôs o modelo soviético, os povos da Europa Oriental apresentavam possibilidades de resistência muito maiores do que as verificadas no interior da URSS. Essa situação ficou bem clara quando, após a morte de Stalin, em 1953, iniciou-se o processo de desestalinização.

A DESESTALINIZAÇÃO

A luta pelo poder na URSS após o desaparecimento de Stalin culminou com a ascensão de NIKITA KRUSCHEV. Este, no XX Congresso do PCUS (1956) surpreendeu os deputados – e o mundo inteiro – ao proceder uma crítica ao período stalinista. Chegou a falar em “crimes” cometidos por STALIN durante seu longo período à frente da URSS.

O XX Congresso definiu que os órgãos militares-policiais deveriam ficar sob controle do Partido e que o regime deveria ser liberalizado pela introdução da direção colegiada (seriam três os dirigentes: o presidente da URSS, o primeiro-ministro e o secretário-geral do Partido Comunista). Além disso, aqueles que se julgassem injustiçados por atos do governo anterior poderiam pedir revisão de seus processos. No plano da política internacional, propunha a “coexistência pacífica”: o enfrentamento com o capitalismo não deveria se dar no campo militar, mas no socioeconômico. Não seriam as bombas atômicas que determinaram ser o capitalismo melhor do que o socialismo ou vice-versa. Isso seria decidido comparando-se a qualidade de vida da população em cada regime.

A tese da “coexistência pacífica” aprofundou o rompimento com a China que se

assumia como comunista, interessada, naquele momento, em fomentar as revoluções nos continentes africano e asiático. Para os chineses (e não apenas para eles), a “coexistência pacífica” implicava o fato de as revoluções não serem necessárias, já que a guerra também não o era. Mas como chegar ao socialismo sem revolução? Isso não seria um desmentido às teses de MARX? Esse “revisionismo” soviético desagradou profundamente aos governantes chineses.

Mais do que a simples descrição dos eventos que marcaram o processo de desestalinização, interessa-nos compreender os limites desse processo e suas repercussões, notadamente na Europa Oriental.

Tais limites eram estruturais, pois, ao fim e ao cabo, tratava-se de uma “reforma vinda do alto”. Como tal, foi pensada não para beneficiar a população, mas para garantir o poder da burocracia de Estado. Assim, os limites já estavam estabelecidos pela própria origem. Os dirigentes soviéticos que implantaram o processo de desestalinização pertenciam aos quadros da burocracia stalinista: denunciar Stalin era, ao fim, denunciar a si mesmos. Outro aspecto importante a ser salientado é o fato de o monopólio de poder do Partido não estar em discussão.

O filósofo CORNELIUS CASTORIADIS analisou a desestalinização de forma bem crítica, enfatizando que para ser verdadeira, a reforma teria de auto-liquidar com a burocracia estabelecida. Em um comentário cáustico, chegou a dizer que essa reforma necessitaria de ideias, a última coisa que o Partido seria capaz de produzir.

De forma mais contundente, FERNANDO CLAUDÍN, um comunista que depois tornou-se social-democrata, também enfatizou os limites e contradições do processo. Chegou a dizer que o socialismo soviético só existia na propaganda e o próprio informe de Krushev em 1956 confirmava isso, tentando provar que o stalinismo teria sido uma excrescência. Extirpada a excrescência, o socialismo continuaria sua marcha triunfante. Para ele, na URSS não havia um átomo sequer de democracia e as resoluções tomadas a partir de 1956, em vez de procurarem instaurá-la, se propunham a “desenvolvê-la”: desenvolver o inexistente.

No entanto, somos obrigados a reconhecer que, mesmo com esses limites e contradições, a liberalização do regime teve início. Vinda “do alto”, limitada, mas algo se fez. E, o que é mais significativo, “de baixo” também começaram a surgir movimentos e tentativas de empurrar essa liberalização para além do que a cúpula partidária pretendia.

Preocupados com a dimensão de algumas revoltas operárias ocorridas na Alemanha Oriental e na Polônia (provocadas, em parte, pela demora no aparecimento de melhorias econômicas e políticas), os líderes soviéticos enfatizaram a necessidade de os governantes satélites promoverem reformas semelhantes àquelas que estavam em andamento na URSS. Dessa forma, foram reduzidos os poderes das polícias políticas locais, reabilitaram-se algumas das vítimas do período stalinista, reformaram-se os códigos judiciários, estimulou-se o aumento da produção de bens de consumo, visando demonstrar, obviamente, à população que o “novo rumo” seguido pelo regime traria benefícios a todos.

Em alguns países, como a Polônia e a Hungria, tais reformas mostraram-se insuficientes, abrindo caminho para uma contestação mais radical do modelo soviético.

POLÔNIA E HUNGRIA – o socialismo em questão.

Em 1966, quando se comemorava o décimo aniversário de uma revolta ocorrida na Hungria, o repórter ALESSANDRO PORRO, que acompanhou de perto a revolta, escreveu um

artigo na antiga revista *Realidade*. Nesse artigo, ele narrou como encontrou um rapazinho de seus 14 anos carregando uma bazuka pesada. Quis saber para onde ele ia e o rapazinho apenas apontou para a frente e disse *Liberté, liberté!* Foi a imagem mais dramática que ficou na memória do repórter, de um episódio impensável: os tanques soviéticos invadiram um país aliado e massacraram seus habitantes.

1956 foi um ano particularmente difícil para os dirigentes soviéticos em suas relações com a Europa Oriental. Além dos problemas em Berlim, ainda tiveram de lidar com duas manifestações na Polônia e na Hungria, esta última terminando de modo dramático, com a invasão do país e milhares de mortos. Na Polônia, conseguiram acertar a situação depois de muitas pressões, evitando-se o confronto. Já na Hungria, as coisas evoluíram de forma diferente, pois ocorreu um levante dos operários e estudantes e a cúpula do Partido estava dividida e hesitante sobre qual rumo a tomar, gerando conflitos ainda maiores.

O que desejavam os insurgentes? Em linhas gerais, examinando-se os programas distribuídos na ocasião, pode-se claramente verificar que o ideal perseguido era o de avançar rumo ao socialismo. Veja-se, por exemplo, o programa do Conselho de Miskolc:

Nós exigimos do governo:

- 1) *A edificação de uma Hungria livre, soberana, independente, democrática e socialista;*
- 2) *Uma lei instituindo eleições livres pelo sufrágio universal;*
- 3) *A partida imediata das tropas soviéticas;*
- 4) *A elaboração de uma nova Constituição;*
- 5) *A supressão da A.V.H. [polícia política]. O governo deverá apoiar-se apenas sobre duas forças armadas: o exército nacional e a polícia comum;*
- 6) *Anistia total para todos os que pegaram em armas;*
- 7) *Eleições livres, num prazo de dois meses, com a participação de vários partidos.*

A experiência húngara foi a mais ousada na contestação ao modelo soviético. Além de críticas ao péssimo desempenho econômico e às condições tayloristas de trabalho – que também eram observadas nos demais países da Europa Oriental – os húngaros deram um passo além, ao contestarem o totalitarismo político. E nisso desempenharam papel relevante os conselhos criados por trabalhadores e estudantes em todo o país desenvolvendo uma importante contribuição à discussão da questão democrática. Porém, esse movimento, descrito então pelos soviéticos como contra-revolucionário, foi esmagado brutalmente e a “ordem” restabelecida.

A ERA BREJNEV, a Primavera de Praga e o Solidariedade

Devido às questões surgidas na Polônia e, principalmente, na Hungria, as reformas liberalizantes sofreram um influxo na própria URSS. Krushev saiu um pouco desgastado dos episódios e, com o fracasso da safra agrícola, acabou deposto, em 1964.

Sucedeu-lhe LEONID BREJNEV, que não era particularmente favorável a mudanças no *status quo*. Pelo contrário, foi em seu governo que se definiu o modelo político adotado na URSS e no Leste Europeu como “socialismo realmente existente”. Qualquer outra ideia não passava de sonhos ou devaneios e deveria ser descartada, até mesmo internando seus autores em hospitais psiquiátricos. Apenas loucos não seriam capazes de enxergar as maravilhas do regime.

O longo período de BREJNEV ficou conhecido como uma época de estagnação da economia. Apenas o setor militar recebia verbas polpudas, pois era necessário manter a paridade com os Estados Unidos, ou seja, não se poderia deixar os norte-americanos ficarem à frente. A URSS deveria ter um arsenal nuclear no mínimo igual ao dos EUA. Decorrente desse incremento do setor bélico, alguns problemas graves, que explodiriam na década de 1980, já tomavam forma nos anos 1960 e 1970.

Na Europa Oriental a insatisfação reaparecia. Primeiro na Tchecoslováquia, em 1968, com o episódio que ficou conhecido como Primavera de Praga. Apesar de já se passarem 12 anos dos acontecimentos da Hungria, o movimento tcheco reivindicava praticamente as mesmas ações, demonstrando que o “socialismo realmente existente” não era o regime sonhado pelas pessoas: lutava-se por democracia, fim da censura, liberdade de pensamento, de imprensa e por reformas econômicas que reduzissem o planejamento burocrático e ineficiente.

Da mesma forma que na Hungria, a resposta da URSS foi o uso dos tanques do Pacto de Varsóvia. A Tchecoslováquia foi invadida e a revolta popular dominada. Mas, ao contrário da década anterior, dessa vez houve protestos em todo o mundo, inclusive de partidos comunistas, que discordaram da brutalidade na repressão. No Ocidente, as pessoas já começavam a perceber a falácia do “sorex” (socialismo realmente existente).

Em 1980, foi a vez da Polônia dar nova dor de cabeça aos dirigentes soviéticos. Surgiu naquele ano o sindicato Solidariedade, fruto de uma série de greves que estavam ocorrendo, principalmente, na cidade de Gdansk. Suas propostas demonstravam a insatisfação dos trabalhadores com o regime. Eles reclamavam um princípio básico do socialismo, o direito à

autogestão nas empresas, mas também avançavam para outras críticas, reclamando da falta de democracia. Tinham o apoio da Igreja Católica, que sempre teve presença muito forte na Polônia. O governo começou timidamente a negociar com os operários, mas a insatisfação da cúpula soviética era visível e o resultado não se fez esperar. No ano seguinte, os dirigentes civis da Polônia foram afastados, dando lugar ao general JARUZELSKI, que colocou o Solidariedade na ilegalidade. Mais uma vez os dirigentes soviéticos apelavam para a força militar, desconhecendo as reivindicações populares.

E A SOCIEDADE?

Talvez tenhamos cansado um pouco o(a) leitor(a) com essas descrições e análises, mas elas são importantes para se entender uma série de questões relacionadas à queda do “império soviético” que analisaremos em seguida.

Devemos, no entanto, abrir um espaço para fazer um balanço das conquistas da Revolução Russa em aproximadamente 70 anos. De 1917 a 1980 muita coisa mudou, evidentemente. E o que nos interessa em particular é compreender o alcance dessas

mudanças para a sociedade soviética. Queremos saber aquilo que mais toca as pessoas: o seu dia-a-dia, as oportunidades que surgiram ou desapareceram, os direitos humanos, enfim, o saldo positivo ou negativo do processo revolucionário para a sociedade soviética.

Ivan Godoy, jornalista carioca que publicou um interessante livro sobre sua viagem à URSS no final da década de 1980, comentando uma notícia da agência France Presse, de 18 de janeiro de 1987, dava conta de que emigrantes soviéticos que viviam nos Estados Unidos consideravam que o nível de vida que levavam em seu país era bom. Quase 60% dos entrevistados concordavam ser o nível de vida na URSS muito satisfatório. Elogiavam os alojamentos, estavam contentes com os empregos que tinham. Mas reclamaram bastante da dificuldade de acesso aos bens de consumo.

Ora, esses dados são bem significativos e mostram os pontos positivos da Revolução Russa. O próprio Ivan Godoy descreve como era a condição de uma família soviética típica, em que os pais trabalhavam. Eles ganhariam, naquela época, algo em torno de 200 rublos cada um (um rublo equivalia, naquele período, a aproximadamente 1,5 dólar). Parece pouco? O aluguel de um apartamento de dois quartos, contudo, não ultrapassa 20 rublos (incluindo

luz, água, telefone, gás e aquecimento!). Esses valores de alugueis praticamente não mudaram desde a década de 1920.

Gastos com alimentação chegavam a 50 ou 60 rublos. Verifica-se, então, que “sobrava” muito dinheiro nas mãos dos cidadãos soviéticos para supérfluos e lazer. Não se gastava praticamente nada com educação e médicos. Os remédios também tinham preços extremamente baixos.

O grande problema para os soviéticos era a qualidade dos produtos, principalmente eletrodomésticos e veículos, fabricados ainda com tecnologia antiga, pois, devido à Guerra Fria, a maior parte dos recursos do orçamento do país era destinada à indústria bélica. Ocorreu, assim, uma defasagem tecnológica em relação ao Ocidente. E a reposição de peças e o conserto, nas próprias oficinas do Estado, sempre deixaram a desejar.

Nem tudo era maravilha. Apesar de os alugueis serem baratos, como já salientamos, persistia o problema da falta de moradias, o que obrigava muitas pessoas a terem de dividir o espaço doméstico com outras. Um filho que se casasse nem sempre encontraria um apartamento disponível e continuaria a morar com os pais.

No campo da saúde, mesmo existindo médicos e hospitais para todos, as exigências

burocráticas começaram a tomar conta, no final dos anos 1980. Os próprios médicos reconheciam, nas críticas enviadas aos jornais, que tinham tantos papéis a preencher e tantas obrigações (por exemplo, examinar oito pacientes no espaço de uma hora), que não gastavam mais do que 7,5 minutos por pessoa. Este dado está no livro do economista ERNEST MANDEL (*Além da Perestroika*), que aponta ainda, um outro dado preocupante: o aumento da pobreza e da marginalidade. Ele calculava que, no final da década de 1980, existiam cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, o que correspondia a, aproximadamente, 20% da população.

MANDEL também fazia um comentário interessante a respeito do alcoolismo e da criminalidade, demonstrando que esses problemas não estavam ligados aos pobres e marginais, mas refletiam a desmoralização, a frustração, a insatisfação pessoal, a falta de perspectiva dos cidadãos soviéticos.

O consumo de bebidas, com destaque para a vodca, aumentou em 250% de 1960 a 1980 e que cerca de 6 milhões de pessoas eram alcoólatras crônicos em 1980.

A frustração e insatisfação pessoal notadas por Mandel estavam relacionadas, em grande parte, ao que já analisamos: à compreensão de que entre o “real socialismo” e

o “socialismo realmente existente” havia um abismo enorme.

Isso podia ser visto claramente nas diferenças de consumo entre os membros da burocracia e os cidadãos comuns. Enquanto estes últimos tinham certa dificuldade para conseguir o que necessitavam, tendo de enfrentar filas enormes e racionamentos, os burocratas tinham o privilégio de poder comprar em lojas especiais, a preços módicos, nas quais se encontravam produtos variados, inclusive importados, luxo de que a população não podia dispor.

Portanto, na década de 1980, a sociedade soviética, ainda que razoavelmente atendida em suas necessidades básicas, apresentava um alto grau de insatisfação. Uma reforma ampla tornava-se necessária e até mesmo boa parte dos membros do Partido Comunista se dava conta dessa necessidade.

PERESTROIKA E GLASNOST

“Em seu todo, a sociedade estava ficando cada vez mais ingovernável”. Não, não foi um detrator do socialismo quem fez tal afirmativa. Ela está citada no livro *Perestroika – novos caminhos para meu país e o mundo e*

seu autor é, nada mais nada menos, que MIKHAIL GORBACHEV, governante que assumira o poder na URSS em 1985.

E por que a sociedade estaria ficando ingovernável? Não haveria uma contradição entre essa frase e o que a propaganda oficial sempre manifestara? O “socialismo realmente existente” não era o melhor dos mundos? Como se poderiam explicar as insatisfações que geraram essa situação de “ingovernabilidade”?

É GORBACHEV que explica, nesse seu livro, entre outras coisas, que o país começara a perder impulso na segunda metade dos anos 1970, graças aos insucessos econômicos que geraram dificuldades para os cidadãos. O crescimento econômico se reduzira e, segundo ele, no início dos anos 1980 chegara-se ao nível da estagnação.

Afirmava o absurdo de faltarem recursos devido à ineficiência e ao desperdício. E concluía dizendo que se podia constatar a gradual erosão dos valores ideológicos e morais da população, o que não era percebido claramente pela liderança do partido. O desrespeito à lei, as trapaças e subornos, o servilismo e a glorificação... tudo mostrava que o país estava à beira de uma crise.

Não há como duvidar da clareza e da seriedade das afirmações do líder soviético. A

consulta a outros autores confirma plenamente a violenta queda das taxas de crescimento econômico experimentadas pela URSS nos anos anteriores a 1985. GORBACHEV e ABEL AGANBEGUIAN (o idealizados das reformas econômicas) afirmam que de 1965 a 1985 o crescimento foi igual a zero.

Portanto, não deve ser motivo de admiração que GORBACHEV e o Partido (pelo menos uma parte dele) propusessem mudanças radicais na economia. Perante os dados acima, que caracterizam uma estagnação econômica acompanhada de erosão social, as reformas não eram apenas necessárias, eram urgentíssimas.

Perestroika foi o nome dado à reestruturação da economia. Diferentemente de outras reformas tentadas anteriormente, esta se fez acompanhar da *Glasnost* (grito livre), significando transparência. Entendia-se que as medidas econômicas deviam ser acompanhadas por um esclarecimento honesto à sociedade, para que esta participasse ativamente das mudanças que seriam implementadas. Pela primeira vez, parecia, não queriam tampar o sol com alguma peneira. Em outras palavras, não se pretendia, como na época de KRUSCHEV, falar que o “socialismo existe, apenas possui algumas excrescências”. Reconheceu-se que o caminho para o socialismo estava comprometido por atos e

posturas equivocados desde os anos 1920. E o Partido, sozinho, não conseguiria equacionar todos os problemas. A sociedade precisaria se envolver. Era necessário, portanto, oferecer algo às massas desacreditadas: liberdade de expressão, de imprensa, possibilidade de participação política por meio do pluripartidarismo, enfim, uma reforma política que caminhasse passo a passo com a reforma econômica.

O FIM DA UTOPIA?

Não vamos nos alongar muito sobre o que aconteceu desde que GORBACHEV assumiu o poder e trouxe a perspectiva de mudança. Seu discurso original, de que a *Perestroika* era uma revolução que estaria indelevelmente ligada à de 1917, foi logo abandonado. Ele próprio não conseguiu se manter no poder, tendo de renunciar. Em 1991, alguns ministros, em flagrante oposição às reformas, tentaram destituir GORBACHEV. A pronta reação popular, habilmente explorada pelo deputado comunista BORIS IELTSIN, garantiu a vitória sobre os golpistas. Mas GORBACHEV tornou-se refém de IELTSIN, e, sem condições de governar, renunciou no Natal.

Enquanto esteve no poder, GORBACHEV tornou-se um nome conhecido e respeitado em todo o mundo. Suas propostas de desarmamento, de fim dos pactos militares da Guerra Fria tornaram-no um “homem da paz”, admirado, aplaudido e condecorado. Graças às mudanças operadas por ele, a URSS deixou de existir, a Europa Oriental libertou-se da tutela soviética, o Pacto de Varsóvia acabou (mas não a OTAN), o Muro de Berlim foi derrubado e as duas Alemanhas voltaram a ser uma só.

Com o fim da URSS, uma nova realidade geopolítica surgiu: a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). A maioria dos países membros da antiga URSS associou-se a essa comunidade, tendo, no entanto, a autonomia política de que não dispunham antes.

O caminho para o socialismo sofreu uma guinada violenta. O capitalismo se impôs, provocando uma desordem social desconhecida das gerações que viveram a revolução. Muitas empresas foram fechadas por causa de sua ineficiência e milhares de outras foram privatizadas. O desemprego aumentou, as filas para comprar produtos de primeira necessidade não acabaram, o dinheiro perdeu seu valor.

Aproveitando-se da crise política e econômica, grupos mafiosos passaram a controlar grande parte da economia. A

prostituição voltou a existir abertamente. Nos jornais passaram a ser publicadas fotografias até de crianças de 12, 14 anos esperando os fregueses nas ruas das grandes cidades.

O quadro era dramático. Em 1993, apenas oito anos após as reformas terem início, o jornal O Globo mostrava que na Rússia e em vários países da Europa Oriental tornaram-se comuns a presença de mendigos e de crianças nas ruas. Bebês eram vendidos, só em São Petersburgo contavam-se dez mil crianças vivendo nas ruas.

A situação da mulher também gerou perplexidade, principalmente se levarmos em conta que, apesar de todos os problemas já analisados, a sociedade soviética tinha realizado uma façanha que nenhum país capitalista conseguiu: um grau de igualdade bem razoável entre homens e mulheres. Extremamente educadas, a maioria com cursos superiores, as mulheres russas se tornaram as grandes vítimas, tendo, muitas, que fazer uma amarga opção de sobrevivência: casar-se com um marido rico ou ter muitos clientes endinheirados.

Voltaram a ser marginalizadas, foram as mais prejudicadas pelo desemprego alto. A quantidade de sites na internet expondo fotos deprimentes das belíssimas jovens russas, tchecas, húngaras, polonesas só tende a crescer. Elas são exportadas para o mundo

todo, evidentemente pelas máfias que as exploram.

O jornalista ANTÔNIO GONÇALVES FILHO, em 1995, publicou matéria no jornal O Estado de São Paulo, intitulado “Doente, Rússia é hoje o império das máfias”, constatando que, lamentavelmente, os russos jamais conquistaram sua cidadania, eis que foram súditos de regimes opressivos: os czares, o Estado burocrático e por último as máfias.

Ao concluir este breve histórico do processo revolucionário que explodiu em 1917, cabem algumas perguntas: como foi possível se chegar ao estado atual de coisas? O que deu errado em todos esses anos? O socialismo é mesmo impossível?

São muitas as questões e encontraremos para elas uma variedade de respostas. Estas cobrem um enorme espectro, desde as que afirmam a impossibilidade de implantação do socialismo, passando por outras que apontam “desvios de rota” provocados pelos líderes soviéticos, chegando às que tentam reconhecer que o socialismo nunca esteve presente, de fato, naquela sociedade.

Não iremos, por ora, tentar dar a resposta definitiva (será que ela existe?) a essas questões. Ao final do livro tentaremos dar algumas pistas que poderão levar o leitor às suas próprias conclusões.

A REVOLUÇÃO CHINESA

Na década de 1950, logo após a Revolução Chinesa ser vitoriosa, o fotógrafo francês Henri Cartier-Bresson visitou a China e registrou-a com suas lentes. Ao voltar à França, publicou um livro com essas fotos, livro esse que foi prefaciado pelo filósofo JEAN PAUL SARTRE. No texto, escrito com engenho e arte, SARTRE lembra os preconceitos contra os chineses, que aprendeu quando menino. Mas comenta as fotografias, perscrutando com incrível finura os rostos, as expressões. E diz que CARTIER-BRESSON fotografou a eternidade.

Ao final do prefácio, SARTRE aponta a característica marcante da Revolução Chinesa: seu caráter camponês. Na Rússia, a revolução se iniciou nas cidades e depois chegou ao campo; na China, foi o contrário. Depois de dominar o campo, a revolução chegou às cidades:

Pela primeira vez uma capital espera a vontade arbitrária do campo: a História aparecerá sob a forma de um cortejo camponês.

A VIDA camponesa

A China é o mais populoso país do mundo e o terceiro em território. A sua população, já no início do século XX, era essencialmente camponesa. Quase 80% dos habitantes residiam nos campos, em condições muito diversificadas, porém, a grande maioria passava dificuldades sem conta em sua luta diária pela sobrevivência.

Em quase todas as províncias a miséria estava presente. Nem todos os camponeses tinham propriedades e os que as possuíam não conseguiam prosperar, pois elas eram pequenas demais. Para milhões dessas pessoas sem propriedades, a sobrevivência dependia da existência de trabalho, o que precisava ser verificado todos os dias, pois os trabalhadores eram contratados para tarefas específicas. Assim, desde a madrugada, os camponeses reuniam-se à espera de alguém que viesse contratá-los.

Muitos optavam por deixar os campos e dirigir-se às cidades, mas lá também não se encontrava trabalho fácil. Assim, frequentemente acabavam dirigindo os riquixás, aqueles veículos de duas rodas puxados por um homem a pé, que aparecem tanto nos filmes que retratam o lado “exótico” do mundo.

Os que eram possuidores de pequenas propriedades não viviam melhor, conforme se pode ler num livro de JONATHAN SPENCE. Este autor, profundo conhecedor da realidade chinesa, mostra que a vida dos camponeses proprietários levava, muitas vezes, à necessidade de eles venderem os próprios filhos, para não ter que vê-los morrer de fome.

Este mesmo autor analisa as condições de vida das mulheres camponesas, mostrando que eram igualmente miseráveis, restando-lhes poucas opções, pois, além de tudo, a sociedade chinesa era extremamente preconceituosa em relação à mulher. Estavam submetidas a constrangimentos como casamentos arranjados e à dupla jornada, pois, além de criarem os filhos e cuidarem da casa, deveriam ter também uma ocupação, seja nas plantações, seja na criação dos casulos do bicho da seda.

Vivia-se, portanto, para conseguir o mínimo indispensável à sobrevivência. A mesa dos camponeses não tinha variedade. Em algumas regiões, a alimentação diária era à base de painço, uma gramínea; em outras províncias a batata-doce era o essencial. Até o pão era raro.

O campo, portanto, era uma região potencialmente explosiva e não foi por acaso que a Revolução Chinesa iniciou-se nas áreas rurais.

O SOL SE PÕE no Império Chinês

O país encontrava-se governado pela dinastia Ching, no poder desde o século XVII e não fora capaz de deter a invasão das potências ocidentais no final do século XIX. Estas se atiraram como abutres sobre o território chinês, estabelecendo áreas de influência e explorando economicamente toda aquela imensa região.

A população protestava. Guerras e revoltas ensanguentaram a China em diversos momentos da história, mas não conseguiram expulsar os invasores estrangeiros.

No início do século XX, o Império estava com seus dias contados. Em 1905, foi fundado o Partido Nacional do Povo (*Kuomintang*), liderado pelo médico SUN YAT-SEN, que passou a lutar pela proclamação da república e pela independência nacional. Seis anos depois, o *Kuomintang* conseguiu seu objetivo. A dinastia Ching foi deposta e SUN YAT-SEN tornou-se o primeiro presidente.

As reformas sociais prometidas, no entanto, não foram implementadas e o novo governo não teve forças para evitar que os grandes senhores de terras se organizassem e fizessem forte oposição. Eles se tornaram os “senhores da guerra” e passaram a exercer seu

poder de maneira extremamente violenta nas províncias, provocando pânico entre a população.

SUN YAT-SEN renunciou, sendo substituído pelo general YUAN CHIKAI, que ambicionou tornar-se ditador e, quem sabe, até mesmo um novo imperador. Os senhores da guerra atuavam cobrando impostos de forma ainda mais opressiva e levando os camponeses ao desespero.

Um outro elemento complicador da situação ocorreu em 1919. Na Conferência de Paz de Versalhes, que encerrava a Primeira Guerra Mundial, as grandes potências resolveram transferir as possessões alemãs na China para o Japão, fato que causou vivos protestos entre os chineses, rivais seculares dos japoneses. Uma onda de revoltas varreu a China em maio de 1919. Nesse momento, uma série de outras questões vieram à tona: o sistema educacional elitista, que marginalizava parte significativa da população, a submissão das mulheres, as fortes hierarquias sociais legitimadas pelo confucionismo e até mesmo a escrita foi discutida.

Começava a ficar clara a divisão entre os que desejavam mudanças sem alterar as estruturas sociais tradicionais, e os que almejavam transformar tais estruturas e, como consequência, toda a cultura chinesa. Restritas, inicialmente, aos intelectuais, essas

reivindicações em breve atingiriam outras camadas da população.

Nas cidades, percebia-se uma grande efervescência. Trabalhadores industriais reivindicavam melhores salários, criavam sindicatos e aumentavam a força de sua voz. Estudantes também protestavam contra o domínio estrangeiro e contra os senhores da guerra. Até mesmo a burguesia, às voltas com a crise econômica que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, reclamava da situação.

E havia a Revolução Russa despertando a atenção dos vizinhos e acenando com promessas de grandes mudanças sociais. Um dos reflexos da vitória dos bolcheviques foi a criação, em 1921, do Partido Comunista da China (PCC). Entre seus criadores, existia um nome que em breve estaria muito conhecido: MAO TSÉ-TUNG.

AS NOVAS VOZES sociais

Além dos comunistas, e até mesmo antes deles, outras vozes insatisfeitas começaram a se fazer ouvir na China. Estudantes, mulheres e burgueses questionavam o caos em que o país se encontrava, buscavam alternativas.

Muitos estudantes chineses fizeram seus cursos no exterior. Alguns na Europa, vários nos Estados Unidos e no Japão. Conheceram novas realidades, novos sistemas políticos, novas ideias. Levaram essas para seu país, difundindo-as entre outros estudantes e, dessa forma, tornaram-se uma força nova na sociedade, sendo atraídos pelos novos partidos. O próprio Sun Yat-sen recrutou muitos de seus partidários entre esses estudantes.

Traduções de obras importantes da literatura e da política ocidentais começaram a ser publicados, fazendo com que mais e mais pessoas se tornassem críticas do modelo chinês e procurassem formas de superá-lo. Revistas e jornais, alguns com periodicidade irregular, divulgavam as novas concepções, marxistas e não-marxistas.

As mulheres também surgiram na cena pública, a começar pelas estudantes, tão envolvidas quanto seus colegas homens com as ideias de renovação sociocultural. Mesmo com toda a opressão que a sociedade chinesa estabelecia sobre elas, um número razoável de moças conseguiu estudar, inclusive no exterior. Essas moças fatalmente voltavam para seu país com ideias de mudanças, iniciando com a luta contra o costume chinês de atar o pé de suas mulheres para que não

crescessem. A libertação dos pés foi a primeira bandeira das jovens chinesas.

Novos grupos sociais com capital, interessados em diversificar seus investimentos, inclusive caminhando para o ramo industrial, formaram-se desde o fim do século XIX apoiados no desenvolvimento das atividades comerciais. Contudo, a China não teria um crescimento econômico, nessa época, parecido com o do Japão, e isso ocorreu em grande parte por causa dos excessivos controles estatais sobre as várias atividades da economia. Assim, tais grupos novos buscaram mais autonomia, concluindo por fim que o regime vigente era um obstáculo aos seus interesses e, portanto, não os satisfazia mais.

A insatisfação com o regime era também alimentada pela grande maioria dos trabalhadores urbanos, vivendo em miséria absoluta e, tal como os camponeses, tentando, de todas as formas possíveis, sobreviver e melhorar de vida.

Eram essas as novas vozes que se erguiam na China e muito esperavam da república proclamada pelo *Kuomintang*.

AS DIFICULDADES dos comunistas

Com a China à beira do caos, SUN YAT-SEN voltou ao governo, em 1921, procurando reorganizar o *Kuomintang*, inclusive atraindo os comunistas para uma aliança política. Da cidade de Cantão, tornada nova capital, e com apoio da URS, SUN YAT-SEN tentou a unificação do país, mas veio a falecer em 1925 sem ter concluído o que planejara. Sua morte marcou, ainda, o fim da aliança do governo com o Partido Comunista, pois seu sucessor, CHIANG KAI-SHEK, optou pelo rompimento e tentativa de esmagamento dos comunistas.

Em 1927, os comunistas chineses, revoltados, haviam tomado a cidade de Xangai das mãos do senhor da guerra que a dominava – e que era aliado do *Kuomintang*. Mas CHIANG KAI-SHEK não admitiu ver essa cidade controlada pelo Partido Comunista e ordenou um massacre, do qual resultou a morte de milhares de militantes. Os remanescentes tiveram de fugir para o interior, onde tentaram se reorganizar.

Neste mesmo ano, em Cantão, houve um novo massacre de rebeldes. Ficava claro que o *Kuomintang*, sob as ordens do novo líder, era bem diferente daquela organização criada por SUN YAT-SEN. O partido seria a partir de então o defensor dos grandes

proprietários e dos senhores da guerra. O Partido Comunista Chinês enfraqueceu-se bastante naquele momento. Tentou ainda novas insurreições, mas foi desbaratado.

É importante ressaltar que o PCC estava ligado à III Internacional (reunião dos partidos comunistas de todo o mundo, criada em 1919 e também conhecida como Comintern), comandada com mão de ferro por STALIN, para quem a revolução na China era prematura. A III Internacional insistia na tese de que os comunistas deveriam buscar uma colaboração com o *Kuomintang*, o que deixava os militantes chineses em dúvida, pois muitos tinham muito clara a concepção da necessidade de uma revolução no país e percebiam a impossibilidade dessa colaboração. Entre os mais resistentes às diretrizes da III Internacional estava MAO TSÉ-TUNG, que afirmava a sua liderança.

O fracasso das ações do Partido nas cidades cada vez mais convencia Mao de que a revolução deveria iniciar-se no campo. A partir de 1928, os comunistas começaram a criar as chamadas “bases vermelhas”, em pontos remotos, para dificultar a repressão governamental.

Conseguiram então apoio dos camponeses, pela maneira honesta e educada com que os tratavam. Nas regiões em que atuavam, fizeram a reforma agrária, criaram

escolas, auxiliaram em tudo que puderam. Possuíam disciplina rígida. Os dirigentes comunistas não permitiam que os seus soldados desobedecessem às suas ordens; impediam-nos de saquear os camponeses (como faziam os soldados do governo). Os militantes comunistas estavam proibidos também de molestar as mulheres, de destruir as colheitas, de maltratar prisioneiros e civis. Deveriam pagar pelos produtos de que necessitassem e devolver tudo que tivesse sido emprestado. Eram, portanto, muito diferentes e os camponeses não deixavam de reconhecer e agradecer.

CHIANG não se deu por vencido e enviou poderoso aparato para combater essas bases vermelhas, durante o período de 1930 a 1934. Neste último ano, jogou contra os comunistas perto de 500 mil homens, apoiados pela força aérea. MAO entendeu que lutar contra esse contingente militar seria suicídio, iniciando, então, a retirada para a região noroeste. Sua tática preferida era “o inimigo avança, recuamos; o inimigo recua, avançamos; o inimigo se cansa, atacamos”. A retirada ficou conhecida como a “Grande Marcha” e constituiu uma verdadeira epopeia. Dos 100 mil homens que a iniciaram, menos de 20 mil chegaram. A maior parte ficou pelo caminho, mortos em combate, vítimas do frio, da fome e das dificuldades nos pântanos.

OS JAPONESES invadem a China

Na época da “Grande Marcha”, já existia um problema adicional, tanto para os comunistas quanto para o *Kuomintang*: em 1931, os japoneses tinham invadido a Manchúria. Curiosamente, CHIANG KAI-SHEK considerava os comunistas uma ameaça maior do que os japoneses e ofereceu pouca resistência a estes, concentrando grande parte de suas forças armada na tentativa de liquidar as bases vermelhas.

Sua atitude produziu uma imagem desfavorável para ele, pois os chineses não viam com bons olhos a inapetência para a luta contra o tradicional rival externo. A obsessão para vencer os comunistas acabou produzindo a detenção de CHIANG, pelas suas próprias tropas, em 1936. Libertado, ironicamente graças à intervenção de STALIN, CHIANG finalmente concordou em realizar uma aliança com os comunistas para ambos combaterem os japoneses.

A invasão japonesa na China foi avassaladora, conseguindo dominar todo o leste do país – justamente as regiões onde se concentravam as maiores indústrias e as terras mais férteis. Retomar esses territórios era imperativo para os chineses, o que explica a união do *Kuomintang* e do exército dos

comunistas. Porém, essa união era provisória e tanto CHIANG como MAO não tinham dúvidas a esse respeito.

Em 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra contra o Japão, a China tornou-se um território estrategicamente significativo, recebendo ajuda financeira e militar. Claro que apenas o governo “legalmente estabelecido” do *Kuomintang* recebeu ajuda, e boa parte dela foi dissipada entre os dirigentes corruptos. Enquanto isso, os comunistas tiveram de se desdobrar para sobreviver e lutar com seus próprios meios. Conseguiram a adesão de milhões de camponeses, pois, em todas as áreas que dominavam, eliminavam os grandes proprietários e distribuíam as terras aos que nelas trabalhavam.

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, com a derrota japonesa, a aliança entre o *Kuomintang* e os comunistas chegou ao fim e a guerra civil recomeçou. MAO encaminhou as tropas comunistas para a Manchúria e, de lá, desfechou violenta ofensiva contra o exército de CHIANG.

Em 1949, a vitória: CHIANG e seus aliados refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan) e lá estabeleceram um governo apoiado pelos Estados Unidos. A China continental tornou-se, a partir daquele ano, a República Popular da China.

O DIFÍCIL COMEÇO

Vencer uma guerra costuma ser mais fácil do que reconstruir um país em novos moldes. Ainda mais se este país é a China, com suas centenas de milhões de habitantes, sua cultura peculiar, além dos incontáveis problemas deixados pelo *Kuomintang*. Era essa a tarefa dos comunistas, assim que chegaram ao poder.

Resumidamente, era esse o quadro encontrado: um país dilacerado pela Segunda Guerra Mundial e pela sequência da guerra civil, a indústria praticamente destruída, o comércio reduzido a níveis baixíssimos, as cidades inchadas de refugiados e correndo o risco da fome generalizada, o banditismo aumentando e os campos com dificuldades para produzir, pois, além dos problemas decorrentes dos conflitos, intempéries climáticas ocorreram, destruindo muitas plantações. Tudo isso deveria ser enfrentado com rapidez, além de debelar a inflação e eliminar os grupos que se opunham ao PCC no poder.

Para complicar um pouco mais, em 1950 explodiu a Guerra da Coreia, na qual o PCC se envolveu para apoiar os comunistas norte-coreanos contra a intervenção norte-americana. Aproveitando-se do clima belicoso,

o governo chinês iniciou uma série de campanhas visando a prender e a expulsar os que se mostravam simpáticos ao *Kuomintang*, ao mesmo tempo em que atacava os burocratas, as seitas religiosas e as muitas sociedades secretas existentes na China.

No plano econômico verificou-se uma transição, pois o governo não estatizou tudo de imediato, deixando a burguesia ainda com grande parte de suas propriedades. Buscou uma aproximação com a URSS (apesar de STALIN nunca ter dado apoio à revolução) e conseguiu empréstimos em dinheiro, formou companhias mistas com os soviéticos e recebeu visitas de técnicos daquele país para auxiliar na recuperação econômica.

“Tribunais do povo” foram criados, principalmente no campo, para julgar os grandes proprietários rurais. Muitos destes foram executados e outros condenados a trabalhos forçados. A reforma agrária foi institucionalizada e os sindicatos legalizados. Até o casamento foi alvo da legislação, que passou a proibir a poligamia e admitir o divórcio, além de impedir a escolha dos cônjuges pelos pais. A mulher passou a ter os mesmos direitos que o homem.

O governo agiu duramente, principalmente contra os opositores. “Reacionários”, bandidos e todos os que, de uma forma ou de outra, procuravam boicotar

as novas orientações, foram drasticamente perseguidos e eliminados. Não há números muito confiáveis, mas os estudiosos calculam entre 800 mil e 2 milhões o total de vítimas executadas.

Somente em 1952 pode-se considerar que o processo de estatização da economia tornou-se o objetivo fundamental do governo. Foi nesse ano que o primeiro-ministro CHU EN-LAI lançou o primeiro Plano Quinquenal (modelo soviético), buscando acelerar o crescimento e desenvolver a indústria pesada. Dentro do PCC, ao que tudo indica, os que defendiam a aproximação com a URSS conseguiram fazer valer suas opiniões: tentar-se-ia transformar a China rural em predominantemente industrial.

No campo, houve uma mudança drástica: as pequenas propriedades camponesas foram coletivizadas e, em um ano, criou-se cerca de um milhão de cooperativas. Essas medidas deveram-se ao fato de um problema muito grave estar ocorrendo, na ótica do Partido: alguns camponeses estavam conseguindo comprar as propriedades de outros, que, por sua vez, se tornavam mão-de-obra explorada, ou seja, práticas capitalistas estavam começando a ocorrer no exato momento em que se tentava fazer a transição para o socialismo.

Ao final do Primeiro Plano Quinquenal chinês os resultados foram considerados admiráveis, pois houve um crescimento econômico espantoso. Triplicou-se a produção de aço, duplicou-se a de carvão e a de eletricidade. Taxas de crescimento da ordem de 18% ao ano foram observadas. Tal como na URSS, esses números não podem ser olhados apenas como fatores positivos, pois os problemas sociais deles decorrentes não aparecem nas estatísticas e precisam ser examinados com clareza, se estamos falando de processos revolucionários que visam a criar uma sociedade mais justa e humana do que a capitalista.

“QUE DESABROCHEM cem flores...”

A industrialização forçada e a coletivização obrigatória das terras provocaram insatisfações. Chegaram a ocorrer greves em 1954, pois os salários não subiam com o mesmo ritmo da produção; atividades de sabotagem puderam ser verificadas nos campos. Os intelectuais e os estudantes também se manifestavam contrariamente aos rumos do processo, reclamando, em especial, da ausência de democracia.

A percepção dessas insatisfações levou MAO a propor a “Campanha das Cem Flores”, esperando que a população pudesse expressar com liberdade suas críticas e sugestões. O resultado não deve ter sido muito agradável para o Partido, pois a população não se fez de rogada e uma cascata de reclamações começou a chegar de todos os cantos do país, notadamente dos estudantes universitários.

Reclamou-se de tudo: da burocracia partidária, do confisco das terras pelo Estado, do próprio Partido (“pagode de 18 andares”), do monopólio do poder pelo PCC (existiam outros partidos na China), da censura, da falta de liberdade de imprensa, da falta de democracia, dos privilegiados, da não-publicação do relatório de KRUSCHEV sobre os crimes de STALIN, enfim, a lista foi extensa. Ficava claro que havia dois grupos básicos de críticos: os que se opunham frontalmente ao socialismo e ao Partido e aqueles que desejavam o aprofundamento das conquistas revolucionárias e a caminhada rumo ao socialismo que consideravam o verdadeiro.

Atordoado pelas críticas, o governo agiu com dureza, reprimindo violentamente todos os que o criticavam. Os líderes dos movimentos de contestação foram enviados para campos de trabalho no interior, tornando-se exilados em sua própria pátria, e as manifestações foram proibidas. O Partido,

ao eliminar esses grupos de contestação, reafirmava seu poder, concentrando-o ainda mais em suas mãos.

Mas a simples repressão não conseguiria trazer resultados positivos. No pensamento de MAO, a revolução deveria dar um salto qualitativo e, por isso, foi lançada uma nova ideia no intuito de galvanizar as massas para a construção do socialismo maoísta.

O GRANDE SALTO para a Frente

O momento era crítico, pois a China e a URS haviam iniciado seu rompimento. A desculpa para isso era a tese da “coexistência pacífica” levantada por KRUSCHEV no XX Congresso do PCUS. Como nessa época a China estava apoiando movimentos de libertação na África e na Ásia, a ideia de coexistência pacífica pareceu “revisionista” e inoportuna, pois nela estava implícito que os caminhos para o socialismo não precisariam passar, necessariamente, pela revolução. Além do mais, a URSS mantinha-se reticente quanto a transferir a tecnologia nuclear para os chineses. O rompimento, assim, iniciou-se de imediato, significando o retorno de todos os

técnicos soviéticos que até então colaboravam com os planos chineses.

A agricultura voltou a ser priorizada no “Grande Salto para a Frente”. As comunas rurais, já coletivizadas, e dotadas de grande autonomia diante do poder central, foram incentivadas a realizar grandes obras de drenagem e construção de estradas. Homens, mulheres, crianças e velhos envolver-se-iam nos projetos, que deveriam, ao final, garantir o aumento da produção de cereais para algo em torno de 450 milhões de toneladas.

Ao mesmo tempo, os burocratas do Partido, os estudantes e os intelectuais deveriam se dirigir, em determinadas épocas do ano, para o campo, para ajudar os camponeses e realizarem um aprendizado diferente daquele a que estavam acostumados nas cidades.

Apesar de ser colocada em plano secundário, a indústria também sofreu algumas alterações. Os operários ganharam o direito de participar das decisões, as diferenças salariais entre o trabalho intelectual e o braçal foram reduzidas. O que se desejava era manter o crescimento, mesmo sem grandes capitais à disposição e sem a tecnologia adequada. O voluntarismo da população seria suficiente para se conseguir os grandiosos resultados esperados? Será que se conseguiria criar o “homem novo” capaz de, arrojadamente,

construir uma nova sociedade? O tempo demonstrou que as coisas não seriam tão fáceis assim.

Por mais voluntariosos que fossem os camponeses e os trabalhadores chineses, uma série de problemas impossibilitou-os de alcançar as metas propostas. A começar por várias complicações climáticas (secas, inundações), que destruíam o resultado do trabalho desempenhado. Também as exigências monstruosas exasperaram muitos trabalhadores, que se sentiam explorados.

O Grande Salto para a Frente não foi um fiasco completo, mas suas realizações concretas ficaram bem aquém das ambiciosas e irreais metas propostas.

E houve um outro efeito, que não deve ser desprezado. Internamente, o PCC vivia algumas contradições derivadas das divergências sobre os rumos que deveriam ser tomados. Como a proposta de MAO do Grande Salto não deu os resultados esperados, ele e seu grupo ficaram na berlinda momentaneamente, abrindo espaço para os elementos mais conservadores, que continuavam a se inspirar no modelo soviético, apesar do rompimento entre os dois países.

Após a saída de MAO da Presidência da República Popular da China, o lugar foi ocupado por LIU SCHAO-CHI, que buscou o

fortalecimento da burocracia partidária, eliminando algumas das autonomias criadas por MAO. Era a política do reajustamento, mais pragmática, e dispendo-se a promover o crescimento sem a apresentação de “planos mirabolantes”. Permitiu-se, como isso, que a propriedade particular no campo voltasse a existir – e muitos camponeses conseguiram se enriquecer com essa mudança; no entanto, a grande maioria continuava na mesma situação.

Verifica-se, portanto, a existência de uma luta política dentro do Partido, expressa pelas ações desse novo grupo e francamente contrárias às do grupo maoísta. E, o mais preocupante, o exército chinês – chamado Exército Popular de Libertação e considerado a segunda grande força política do país – tendo LIN PIAO no comando, era ostensivamente a favor das ideias de MAO. Assim, a política de reajustamento trouxe, em seu bojo, o conflito aberto entre o Partido e o Exército.

Esse drama explodiria durante a Revolução Cultural, no final dos anos 1960.

A REVOLUÇÃO cultural

A partir de 1966, a China vivenciou o processo conhecido como Revolução Cultural,

um enredo de difícil compreensão para o Ocidente, ao menos no momento em que ocorria. As imagens de milhões de jovens chineses empunhando o *Livro Vermelho do camarada MAO* correram o mundo, e muitos se perguntavam qual o significado de tudo aquilo.

Naquele livro, os jovens estudantes chineses podiam ler uma série de máximas e citações, que se tornavam os dogmas da Revolução Cultural.

Na verdade, como se pôde compreender depois, o que ocorreu por trás dessa “revolução cultural” nada mais era do que uma disputa dentro do Partido. MAO perdia o controle, pois o número de opositores crescera bastante. A única forma de eliminá-los, na visão de MAO, seria mobilizar as massas, principalmente os jovens estudantes, com palavras de ordem que falassem da “grande democracia” e da luta contra os burocratas, considerados “a classe privilegiada”.

No momento inicial, a China foi varrida por um turbilhão. Os jovens acorreram ao apelo de MAO, denunciando, em um primeiro instante, as várias manifestações culturais que deveriam estar a serviço da revolução e, a seu ver, não estavam. O ensino ministrado nas universidades também era questionado por não atender às reais demandas sociais. Questionavam-se, sobretudo, os “quatro

velhos”: velhos costumes, velho pensamento, velhos hábitos e velha cultura. No *Livro Vermelho* dos pensamentos de MAO, os jovens acreditavam encontrar respostas para todas as questões colocadas.

Diversos grupos de jovens se manifestaram: os guardas vermelhos, os rebeldes revolucionários, todos brandindo o *Livro Vermelho* e considerando que a “sua” interpretação das palavras do “grande timoneiro” era a mais correta, o que só gerava mais confusão e conflito entre os próprios envolvidos no movimento.

Muitos dirigentes do Partido foram atacados e humilhados, destituídos, presos, enviados a campos de “reeducação”, autênticas prisões nas quais deveriam reaprender os “verdadeiros” caminhos do socialismo. Entre os prisioneiros estava DENG XIAOPING, considerado então um homem “de direita”. (DENG foi reabilitado após a morte de MAO, assumindo o poder nos anos 1980).

Voltou-se à prática de enviar os burocratas para trabalharem nos campos e procurou-se combater o individualismo, expresso até em pequenas coisas como ter uma horta em casa ou vestir-se à moda ocidental. Tudo isso era proibido. Plantar um jardim ou ter um animal doméstico passou a ser atividade perigosa, interpretada como “luxo burguês”.

Um depoimento de um ex-guarda vermelho a ANY BOURRIER, correspondente do *Jornal do Brasil*, em 1996, quando a Revolução Cultural completou 30 anos, impressionava os leitores. Ele afirmava que, segundo ordens de MAO, os poderes locais deveriam ser destruídos e ele e os companheiros tiraram os professores das escolas. Ele denunciou o próprio pai, dizendo ser ele um capitalista. Trágico, não é mesmo?

Em janeiro de 1967, na cidade de Xangai, aconteceu um dos episódios mais interessantes do movimento. Os grupos de jovens entraram em luta, fábricas foram ocupadas e os Operários Rebeldes assumiram o poder, criando a Comuna de Xangai, à semelhança da Comuna de Paris de 1871. Comunas foram criadas em outras regiões, obrigando MAO a se entender com seus jovens seguidores. Claro está que a democracia preconizada pela Comuna de Paris não poderia servir de exemplo, pois não era isso que MAO e seu grupo pretendiam.

A evolução cada vez mais violenta dos ataques obrigou MAO e LIN PIAO a enfrentarem com igual violência os grupos revolucionários mais radicais. Vários massacres ocorreram, até que o governo tivesse novamente o país sob seu controle.

A memória de alguns episódios dramáticos veio à tona, mesmo com a grande

preocupação do governo chinês em esconder os documentos da época. O escritor e artista Feng Jicai publicou o livro Dez anos de cem pessoas, recheado de depoimentos de cidadãos chineses que relataram suas experiências daquela época, algumas dramáticas. Uma pessoa, vítima dos guardas vermelhos, tentou se suicidar comendo milhares de moscas mortas. Outro, um ex-guarda tinha traumas terríveis quando via uma tesoura, pois, na época, ele cortou a língua de um estudante utilizando esse instrumento.

A Revolução Cultural produziu o fortalecimento do poder pessoal de MAO TSÉ-TUNG, que conseguiu expurgar seus principais adversários. Porém, nunca esteve nos planos do “grande timoneiro” eliminar o Partido e, por isso, procurou reerguê-lo na década de 1970. LIN PIAO, até então fiel companheiro e já designado sucessor de MAO, acabou caindo em desgraça, morrendo em condições suspeitas, em um mal explicado acidente aéreo. Comentou-se que ele tentava fugir para a URSS após tentar um golpe e ter sido descoberto.

VALORES SOCIAIS impensáveis no Ocidente

Na década de 1970, o jornalista JOSÉ ROBERTO GUZZO da revista *Veja* esteve na China. De volta, publicou um depoimento com o bem sugestivo título: “O imenso monastério”. Concluía que a China era um mundo moralista, de valores rígidos, tentando se recuperar de um atraso milenar.

Ele apresentou, também, uma série de observações interessantes sobre o cotidiano chinês, como o hábito de, todas as manhãs, milhões de pessoas faziam em cinco ou dez minutos, uma série de oito exercícios, com músicas que ouviam em alto-falantes. Também fez considerações sobre a ausência de sexo em filmes, livros, músicas ou teatro. Não se admitiam relações sexuais antes e fora do casamento, que deveria ocorrer por volta dos 27/28 anos (política de controle da natalidade).

GUZZO concluiu seu depoimento reafirmando que a China parecia realmente um monastério, silencioso ao extremo, em que toda a população parecia trabalhar coletivamente para superar o atraso e a pobreza. Essa situação, observada por ele em 1972, modificou-se profundamente três décadas após, como veremos à frente.

O PROCESSO de desmaoização

A década de 1970 marcou uma virada importante da Revolução Chinesa, tanto no plano interno quanto no externo. Externamente, os chineses procuraram romper o isolamento, aproximando-se do mundo ocidental. O secretário de Estado norte-americano, HENRI KISSINGER esteve na China, conversando com o primeiro-ministro CHOU EN-LAI e preparando a visita do presidente RICHARD NIXON, que ocorreria em 1972.

Como reflexo dessa aproximação, a China foi admitida na Organização das Nações Unidas (ONU) o que lhe abriu caminho para ser reconhecida por quase a totalidade dos países do mundo. E permitiu ao país assinar acordos para importação de tecnologia com os principais países do Ocidente. Ficava claro, portanto, que a ideia de construção do socialismo conheceria a partir de então uma nova faceta, já que a aproximação com o Ocidente teria grandes implicações sobre o sistema até então construído.

Internamente, também ocorreram grandes mudanças. Muitos dos dirigentes punidos na época da Revolução Cultural foram

reabilitados, como DENG XIAOPING, que se tornou, então, vice-presidente.

1976 foi um ano particularmente penoso. CHOU EN-LAI morreu em janeiro e, em setembro, o próprio MAO faleceu, deixando um legado confuso e indefinição sobre sua sucessão. Sua esposa, CHIANG CHING, que havia se destacado na época da Revolução Cultural, tentou assumir o poder, mas foi impedida. Aos poucos, DENG XIAOPING foi assumindo o controle político, até ter o poder em suas mãos.

CHIANG CHING e seu grupo (chamado Bando dos Quatro) foram presos e julgados pelos excessos cometidos durante a Revolução Cultural. No entanto, como vários analistas apontaram, o que se devia entender com esse julgamento era a própria condenação do maoísmo. Verificou-se um processo de tentativa de destruição do mito do “grande timoneiro” e das ideias que nortearam os caminhos revolucionários até aquele momento, processo esse conduzido pelos novos líderes.

Praticamente todos os dirigentes expurgados na época da Revolução Cultural foram reabilitados e voltaram a ocupar cargos importantes, e, em contrapartida, expurgaram-se a partir de então os elementos mais ligados a MAO. A aproximação com o Ocidente, apesar

de iniciada por ele, passou a seguir caminhos que, provavelmente, não seriam de seu agrado.

AS QUATRO modernizações

No final da década de 1970, os chineses iniciaram uma nova etapa de sua história, quando o governo implementou a política das Quatro Modernizações: da indústria, da agricultura, da defesa e da cultura (educação, ciência e tecnologia). Tal política era contrária aos interesses defendidos na Revolução Cultural, e foi implementada por novos líderes, pessoas que haviam sido violentamente combatidas pelos jovens radicais.

Verificou-se, com essa política, algo de novo, que possivelmente tenha inspirado o grupo de GORBACHEV na URSS, quando pensaram na Perestroika. Só que, diferentemente do que os soviéticos tentaram, os chineses nunca pensaram em uma abertura política que acompanhasse a reestruturação econômica. Antes, o que se pôde observar foi o fortalecimento do Partido e a centralização acentuada de poder, sem nenhum aceno às liberdades sociais e individuais dos cidadãos chineses.

A **modernização da indústria** foi feita passo a passo com a abertura para o exterior, pois o interesse era exportar o máximo de produtos e adquirir especialmente tecnologia. Para tanto, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), notadamente no leste do país. O governo estabeleceu nessas zonas toda a infra-estrutura necessária para que as empresas estrangeiras pudessem se instalar e usufruir da mão-de-obra extremamente barata, com salários baixos e extensas jornadas de trabalho. O interesse das empresas estrangeiras logo se fez notar e, hoje, o litoral leste da China é “uma imensa fábrica”, com centenas de empresas e milhões de trabalhadores produzindo artigos que são vendidos para todo o mundo.

Deve-se levar em conta, ainda, dois aspectos: o primeiro, a recuperação de Hong Kong. Antiga colônia britânica, Hong Kong teve um desenvolvimento econômico acentuado, a ponto de ser considerada um dos “tigres asiáticos”, expressão cunhada para designar algumas regiões que experimentaram um notável crescimento capitalista (os outros “tigres” são a Coreia do Sul, a Tailândia e a Malásia).

O segundo aspecto é a possibilidade de reincorporar Taiwan (ilha de Formosa, também chamada de China Nacionalista desde 1949, quando CHIANG KAI-SHEK fugiu do

continente e lá se estabeleceu). Os novos dirigentes chineses já demonstraram seu interesse em recuperar Taiwan e muitos autores acreditam que um dos objetivos da modernização militar empreendida pelo governo chinês seja exatamente este.

Não há como negar que, em decorrência da modernização industrial, em termos de comércio global, de volume de mercado e de volume econômico absoluto, a China se transformou num pólo importantíssimo do sistema internacional, em especial se levarmos em conta a “Grande China”, formada pela República Popular, por Hong Kong e Taiwan.

A **modernização da defesa** se inscreve no interesse da China em tornar-se não apenas uma potência regional, mas mundial. Os investimentos nessa área já permitiram há muito tempo que os chineses tenham armas nucleares sofisticadas; há suspeitas de que também exportam essa tecnologia para outros países, como o Irã e o Paquistão. Os efetivos humanos das forças armadas não tem crescido, mesmo porque isso é dispensável com os progressos da tecnologia bélica nos dias atuais.

A Revolução Cultural havia liquidado as hierarquias militares, mas com os novos governos elas foram prontamente restabelecidas. Buscou-se a profissionalização dos soldados. Investiu-se em tecnologia bélica,

com a compra de aviões e mísseis soviéticos. Ou seja, a China ampliou e continua ampliando seu setor de defesa e existem, na ótica do governo, algumas questões importantes a serem resolvidas.

Internamente, os chineses tem duas grandes preocupações. Uma com a região autônoma do Tibete (cujo líder, o DALAI LAMA, recebe ajuda norte-americana para conseguir sua emancipação total), outra com as minorias étnicas na Mongólia, que desejam a separação.

Os problemas externos, de Hong Kong e Macau (antiga colônia portuguesa), foram resolvidos no final da década de 1990 e hoje essas duas regiões já se incorporaram à China, dentro do modelo “um país, dois sistemas” (manutenção de dois sistemas econômicos diferentes sob um mesmo governo). Taiwan, no entanto, resiste à unificação e é mais do que sabido que a República Popular da China deseja anexá-la. Da mesma forma, o mar da China Meridional é visto com olhos cobiçosos pelos chineses, pelas possibilidades de existência de petróleo na região. Esse interesse poderá chocar-se com os do Vietnã, de Taiwan e das Filipinas, entre outros.

A **modernização da agricultura** é preocupação constante, afinal, não é tarefa fácil garantir alimentação para mais de 1 bilhão de pessoas. É necessário recordar que boa parte do território chinês não se presta à

agricultura por ser constituído de regiões desertificadas. Desde o início do processo revolucionário foram feitos grandes investimentos pelo Estado no setor; era necessária uma grande infra-estrutura, com drenagem de pântanos, construção de rodovias e irrigação.

A modernização implicou manter determinadas situações do passado, agregando-lhes novas características, visando basicamente ao aumento da produtividade. Os camponeses possuem terrenos próprios, mas toda a maquinaria, sementes e silos para armazenagem são propriedade coletiva da comuna. Ao Estado cabe fornecer assistência técnica e creditícia, além de zelar pela infra-estrutura.

O resultado desse sistema original tem sido positivo, garantindo trabalho para a maioria dos camponeses e uma elevação acentuada da produção, que dá conta do abastecimento da população. População essa cujo crescimento tem sido disciplinado por meio de controles rígidos. Incentiva-se a família de um único filho, dando-se prêmios para os casais que conseguem cumprir essa exigência. Mas há conflitos, pois os velhos costumes chineses interferem se o único filho for mulher. Existem ainda preconceitos, não se admitindo uma família sem um herdeiro masculino. O governo teve de transigir,

aceitando que o casal tente uma segunda vez, na hipótese do nascimento de uma menina. Vez ou outra correm notícias de violência, tanto do lado da família (infanticídio) quanto das autoridades (prisão dos pais e morte de crianças).

Reportagem publicada pelo jornal *New York Times* e traduzida no Brasil pelo *O Estado de São Paulo*, em 1996, dava conta de que, apesar dos resultados globais conseguidos na produção agrícola, eles não significaram melhorias na condição de vida de milhões de camponeses, que continuam vivendo em situação miserável. Isso cria uma situação complexa, principalmente quando os camponeses pobres defrontam-se com os “novos ricos” e seus símbolos de ostentação.

Carros luxuosos, hotéis suntuosos, edifícios gigantescos convivem com moradias de bambu. No interior há dificuldades até para se alimentar, em contraste com os restaurantes caros e luxuosos do litoral.

A corrupção é generalizada. Os novos milionários exploram o trabalho, inclusive infantil. Até quando essas “duas Chinas” conseguirão conviver?

A modernização cultural diz respeito à necessidade de mudanças, particularmente nos setores da educação e da ciência e tecnologia.

Os dados do censo realizado em 1982, considerado o mais completo até então realizado, serviu de base para as mudanças. Com efeito, verificou-se que na força de trabalho existiam perto de 30% de analfabetos ou semi-analfabetos; cerca de 35% só estudaram até o que no Brasil se considera o 4º ano do ensino fundamental. E menos de 1% tinham diplomas universitários.

Era necessário, pois, investir pesadamente no setor, já que os chineses tinham consciência de que as reformas econômicas só teriam sucesso se pudessem contar com mão de obra altamente qualificada.

O desenvolvimento científico e tecnológico passou a contar com programas próprios, para as áreas de informática, energia, bioengenharia e novas tecnologias.

Os jovens mais bem dotados intelectualmente estudam em colégios especializados e a população urbana em geral está bem atendida em termos educacionais. Os professores passaram a ser mais valorizados. Escolas particulares foram permitidas, o que também se constituiu em novidade.

No entanto, os resultados ainda não são totalmente satisfatórios. Em 1989, por ocasião da grande manifestação ocorrida na Praça da Paz Celestial (da qual falaremos mais adiante), iniciada pelos estudantes que faziam um

grande número de reivindicações. Apenas 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) eram destinados à educação. Treze milhões de alunos não possuíam carteiras nem cadeiras nas escolas e o país ainda contava com 200 milhões de analfabetos.

O francês FRANCIS DERON, articulista do jornal *Le Monde*, afirmou em reportagem traduzida pelo *Jornal do Brasil* que 40 milhões de crianças na faixa de sete a 14 anos não foram escolarizadas e que professores das zonas rurais estavam trocando sua profissão por táxis, para aumentarem seus rendimentos. Os camponeses, principalmente os jovens, estão realizando uma migração como nunca se viu. Dirigem-se às cidades, em busca da ilusão da modernidade e da prosperidade.

A CHINA e o futuro

Essas quatro modernizações foram implementadas, como se disse, no final dos anos 1970 e prosseguem nos dias de hoje, apontando novos caminhos para a China.

Porém, uma quinta modernização tem sido reclamada pelos chineses com insistência cada vez maior: a **democracia**. Sobre esta, no entanto, o governo não se manifesta, ou

melhor, manifesta-se reprimindo com violência todos aqueles que a reclamam.

A China despontou, na primeira década do novo milênio, como a grande potência em formação. Essa é uma possibilidade real, se todas as questões forem resolvidas. O clamor geral por democracia, no entanto, é um problema que deverá ser solucionado, pois a manutenção do autoritarismo poderá levar a graves levantes sociais.

Há inúmeras questões colocadas pelo social que ainda não podemos compreender com clareza em toda a sua extensão. Todos os que visitam a China na atualidade notam a mudanças aparentes, mas há outras, subterrâneas, dificilmente perceptíveis, e que podem delinear o futuro do país.

Uma delas foi apontada pelo francês GILLES LAPOUGE, correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. Ele pôde observar uma espécie de “renascimento religioso”, devido à invasão de seitas e religiões ocidentais, ao lado da revivescência de religiões das minorias étnicas que habitam o território chinês. E concluiu que o ‘culto a MAO” está declinando na mesma medida em que o confucionismo está se reforçando.

A grande admiração por MAO TSÉ-TUNG tem diminuído, como saliente LAPOUGE, mas ainda é forte em algumas regiões. Há mesmo

analistas que prevêem a possibilidade de uma nova “Revolução Cultural”, pois as diferenças gritantes observadas atualmente na sociedade, a corrupção desenfreada nas esferas burocráticas, entre outros fatores, levam muitas pessoas a citar os pensamentos de MAO com mais freqüência.

Problemas que já tinham sido solucionados voltam à tona, com grande virulência, como, por exemplo, a prostituição. Ultrapassa 10 milhões o número de chinesas que se dedicam à prostituição, uma forma de garantir a sobrevivência.

Como conciliar tantas questões?

Em 1989, na Praça da Paz Celestial, em Pequim (por coincidência, no momento em que GORBACHEV visitava a China, quebrando um gelo de quase 30 anos nas relações entre os dois países), ocorreram cenas lamentáveis. A televisão mostrou e os jornais publicaram a imagem dramática de um “homem de camisa branca” diante dos tanques, tentando impedir sua marcha contra os demais manifestantes.

Quase um milhão de pessoas estava na Praça, pedindo por democracia. Cerca de 3 mil estudantes iniciaram uma greve de fome chamando a atenção para sua reivindicação. A resposta do governo foi o envio de tanques e o massacre de quase 700 pessoas, além da prisão de milhares de outras.

Como resolver a questão da participação política e da liberdade de expressão da população chinesa? A própria modernização cultural levará as pessoas a exigirem mais e mais democracia. A entrada do capitalismo em um país não se dá apenas nas empresas que se instalam. Valores diferentes também penetram na sociedade.

Tentando compreender esses “enigmas” chineses, o sociólogo ALAIN TOURAINE afirmou que o Ocidente espera que a modernização capitalista leve, forçosamente, a democracia para a China. Ele mesmo, no entanto, questiona esse otimismo, pois reconhece que as nações ocidentais e o Japão não se mostram verdadeiramente interessados nesse particular. Todos estão profundamente ansiosos por acordos comerciais e pela abertura de mercados, pouco importando se o governo internamente é autoritário ou não.

Os grandes grupos financeiros de Hong Kong apóiam o governo chinês e não estão preocupados com democracia, apenas com o aumento de seus lucros. Para TOURAINE, o único caminho para a democracia é interno, não existe outra possibilidade.

A China vive, na atualidade, portanto, a mesma questão de fundo que marcou a vida da URSS: é possível um governo extremamente autoritário se auto-reformar?

A REVOLUÇÃO CUBANA

O PERIGO VERMELHO chega à América

No início da década de 1960, a sociedade norte-americana ainda vivia as lembranças do período que ficou conhecido como macarthismo, quando o senador JOSEPH MCCARTHY dirigiu uma verdadeira “caça às bruxas” querendo provar a todos que os Estados Unidos estavam infestados de comunistas para, em seguida, tentar livrar o país desse “perigo”. O trabalho de seu Comitê encerrou-se em 1954, mas a memória de suas atividades era ainda recente. E pode-se imaginar o pânico que assaltou os dirigentes norte-americanos quando, numa ilha bem próxima, no Caribe, uma revolução vitoriosa se propôs a instaurar o socialismo em uma área que fazia parte dos interesses do capital norte-americano.

A Revolução Cubana, na verdade, não teve início com o propósito de implantar o socialismo em Cuba. Esse propósito veio no decorrer do processo revolucionário, principalmente em função das pressões e

boicotes dos Estados Unidos ao governo que então se instalou na ilha.

Quando o movimento começou, os revolucionários buscavam, na realidade, derrubar o governo do ditador FULGENCIO BATISTA com o objetivo de realizar a independência de Cuba, pois a emancipação proclamada em 1898 tinha-se mostrado uma farsa absoluta.

A LUTA CONTRA os espanhóis e contra os EUA

De fato, Cuba foi uma das últimas regiões do continente americano a libertar-se de seus colonizadores espanhóis. As lutas pela independência desenvolvidas ao longo do século XIX não conseguiram sucesso. Em 1895, comandados por JOSÉ MARTÍ, ANTÔNIO MACEO e MÁXIMO GOMEZ, os revolucionários cubanos derrotaram os espanhóis, mas não conseguiram organizar um governo realmente independente, pois os Estados Unidos logo interferiram, provocando uma guerra contra a Espanha, vencendo-a e ocupando Cuba com suas próprias tropas.

A partir daquele momento, os governos cubanos tiveram de ser submeter à influência e

aos interesses dos Estados Unidos. Até mesmo um dispositivo da Constituição cubana garantia aos norte-americanos interferirem e instalarem bases militares em Cuba. Era a Emenda Platt, revogada somente na década de 1940.

Cuba tornou-se então uma “nova colônia”. Sua economia baseava-se na produção de açúcar e era totalmente controlada por empresários norte-americanos, que também dominavam o setor hoteleiro, incentivando o turismo de acordo com seus interesses. O Caribe tem belas praias e locais paradisíacos e os cassinos, a prostituição e as drogas foram o complemento lógico desses interesses, que contribuíram para manter a ilha completamente submetida.

Nesse ínterim, a população cubana vivia em condições realmente deploráveis. Na década de 1950, cerca de 70% das pessoas ainda não tinham água potável e instalações sanitárias em suas casas. Esse dado revela a dimensão da miséria coletiva e da insensibilidade dos governantes mantidos pelos Estados Unidos diante da população cubana.

Não é de se estranhar, portanto, a ação do movimento revolucionário de 1959 contra o ditador de plantão, FULGENCIO BATISTA.

Mas antes de falar sobre o processo revolucionário, é necessário destacar a figura e o pensamento de JOSÉ MARTÍ, homem cujas ideias reaparecerão na década de 1950 do século XX.

A DENÚNCIA do imperialismo

JOSÉ MARTÍ nasceu em Havana, em 1853 e tornou-se escritor, deixando numerosa obra (poesia, romance, além de escritos políticos). Sempre esteve envolvido nas lutas de independência de Cuba, o que lhe valeu várias deportações. Seus escritos exerceram grande influência sobre FIDEL CASTRO, havendo autores que lhe imputam o papel de “pai ideológico” da Revolução Cubana. É um dos grandes mitos cultuados até hoje na ilha.

Para o historiador JULIO LE RIVEREND, a grandeza da visão de MARTÍ estava em perceber com impressionante clareza o momento de crise interna e externa e de descortinar as possíveis formas de sua superação. Quatro pontos fundamentais defendidos em seu pensamento: a necessidade da independência de Cuba; a possibilidade de vencer o colonialismo espanhol deteriorado; simultaneamente, a luta contra o imperialismo norte-americano nascente e ameaçador; e a

criação de instituições democráticas, com caráter popular e igualitário para definir os rumos do novo país.

Impressiona a capacidade de MARTÍ ter detectado que os norte-americanos constituíam a grande ameaça para Cuba, visto que o colonialismo espanhol já estava em franca decadência. Dele nada havia por esperar, sequer o temor de que pudesse tentar, com sucesso, manter a dominação sobre sua colônia americana. Mas o imperialismo norte-americano, esse sim, era de se temer, pois que estava em processo de nascimento e ávido por territórios.

MARTÍ criou o Partido Revolucionário Cubano e o jornal *Patria* (ambos fechados pelos norte-americanos logo depois da vitória de 1898). Participou ativamente da revolução iniciada em 1895, quedando morto logo nos primeiros combates. Deixou sua obra, fundamental para se compreender a história e o caráter do povo cubano.

DA GUERRILHA à revolução

No dia 26 de julho de 1953, um grupo de aproximadamente 170 pessoas atacou o quartel de Moncada, em Santiago de Cuba.

Esse ataque foi planejado com o objetivo de controlar a parte oriental da ilha, criando um governo revolucionário que de imediato proporia algumas ações como a reforma agrária, dando a terra aos camponeses. Também esperava-se que a democracia fosse garantida plenamente de forma constitucional. Os trabalhadores passariam a ter o direito de participação nos lucros das empresas, os alugueis seriam reduzidos à metade, haveria um programa de industrialização para reduzir o desemprego e seriam confiscados os bens apropriados pelos antigos governantes. Reforma de ensino e nacionalização das empresas de telefonia e de eletricidade eram outros pontos importantes do programa dos rebeldes.

O ataque, no entanto, fracassou. Dezenas de revolucionários foram mortos. Um dos dirigentes do grupo era um jovem advogado, chamado FIDEL CASTRO, que foi preso e julgado junto com os demais sobreviventes. Condenado a 15 anos, FIDEL acabou sendo beneficiado por uma anistia decretada dois anos depois.

O grupo de FIDEL optou por se exilar no México, preparando-se para voltar a Cuba em condições melhores e com mais recursos para derrubar BATISTA. Foi no México que ocorreu o primeiro encontro entre FIDEL e as duas pessoas que, posteriormente, teriam papel

destacado no processo revolucionário: o cubano CAMILO CIENFUEGOS e o médico argentino ERNESTO GUEVARA, o “CHE”.

A volta ocorreu em 25 de novembro de 1956, a bordo de uma lancha com capacidade para transportar 40 pessoas, mas levava 82. A viagem foi épica, durando o dobro do tempo previsto, pois o barco não tinha a potência imaginada, o tempo esteve ruim e muitos tiveram problemas de estômago. Viajavam em um barco desconfortável, em meio a tempestades, carregados de armas, e com a tensão própria ao acontecimento.

Diversas ações foram acertadas com grupos rebeldes que apoiavam FIDEL e seus companheiros para despistar as atenções das autoridades e permitir o desembarque. Porém, os percalços da viagem não tinham sido previstos e as ações aconteceram, portanto, antes que o barco chegasse a Cuba. Elas acabaram por deixar o governo desconfiado e preparado para enfrentar uma ação de maior porte.

Quando os 82 então desembarcaram, extenuados, tiveram de caminhar rapidamente para Sierra Maestra. Foram surpreendidos pelas tropas do governo; já nos primeiros enfrentamentos, a maioria dos revolucionários morreu. Sobraram apenas 22.

Foram eles que iniciaram o trabalho de guerrilhas, a partir da Sierra Maestra. Enquanto ganhavam o apoio dos camponeses, conheciam mais de perto a realidade da exploração em que estes viviam.

A partir do início de 1957, recomeçaram os enfrentamentos, com os revolucionários realizando incursões rápidas e atacando quartéis e outros pontos estratégicos, sempre utilizando o elemento surpresa como o trunfo maior, já que o grupo era bem reduzido. Apenas em maio receberam o reforço de mais tropas, mas ainda assim os guerrilheiros não chegavam a uma centena.

Não reconstituiremos aqui todo o movimento dos guerrilheiros, mas o fato é que em pouco tempo já haviam conseguido dominar boa parte do território cubano e causado baixas sensíveis no exército que BATISTA enviou contra eles, em 1958. E, assim, puderam passar à ofensiva, enviando destacamentos em direção à capital, Havana. Eram comandados por CHE e CIENFUEGOS.

Ao governo de BATISTA só restava efetuar a mais dura repressão nas áreas em que ainda exercia o poder. Finalmente, em dezembro de 1958, o ditador entendeu que não conseguiria mais resistir e optou por refugiar-se na República Dominicana.

No dia 3 de janeiro de 1959, CHE e CAMILO entraram em Havana, onde Fidel chegou com seus companheiros após 5 dias. A revolução estava vitoriosa. O jurista MANUEL URRUTIA foi escolhido como novo presidente e FIDEL tornou-se o primeiro-ministro.

GRANDES MUDANÇAS ocorrem na ilha

O entusiasmo popular pela vitória dos guerrilheiros foi enorme, mas é claro que muitas pessoas opunham-se ao novo governo que se instalava. Eram pessoas que tinham o que temer, pois haviam colaborado com a ditadura de BATISTA e agora poderiam ter de prestar contas de seus atos. Para evitar que o povo fizesse justiça pelas próprias mãos, FIDEL organizou tribunais para julgar os responsáveis pelo sofrimento e pelas mortes de muitos cidadãos. Nessa época surgiu o famoso paredón, ou seja, a condenação à morte dos considerados culpados com maior gravidade. Ao todo, uns 400 adeptos de BATISTA foram fuzilados.

Fiel ao programa estabelecido na ocasião do ataque a Moncada, o novo governo se preocupou imediatamente com a reforma agrária, expropriando os latifúndios e redistribuindo a terra, em forma de pequenas

propriedades, aos camponeses que nelas trabalhavam. Foram reduzidos à metade os valores dos aluguéis, outros produtos como remédios e livros escolares passaram a custar bem menos.

Foi também iniciado o desmonte do aparato turístico, todo em poder de empresários norte-americanos, visto que ele constituía um poderoso elemento fomentador de corrupção, prostituição e tráfico de drogas. Os cassinos foram fechados, o jogo proibido, os clubes *privés* foram nacionalizados e as praias tornaram-se públicas, acessíveis a todos.

As maiores modificações começaram a ocorrer na estrutura econômica de Cuba e, nesse momento, começaram a surgir divergências entre o presidente URRUTIA e FIDEL, levando este último a renunciar ao cargo. As manifestações de apoio que FIDEL recebeu, no entanto, fizeram com que URRUTIA deixasse o governo, sendo substituído por OSVALDO TORRADO, que chamou FIDEL de volta ao poder.

A nacionalização das indústrias e do comércio foi realizada em 1960, trazendo novos problemas, tanto internos quanto externos. Internamente, centenas de pessoas que não concordavam com os novos rumos resolveram deixar o país, emigrando quase sempre para os Estados Unidos.

Em Miami, logo se constituiu um grupo de refugiados que, treinados e apoiados pela Agência Central de Inteligência (CIA), procuraram formas de invadir Cuba e destituir FIDEL. O governo norte-americano passou a boicotar a economia cubana, parando de comprar o açúcar, antes a principal fonte de renda da ilha. Os atritos continuaram até que ocorreu o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países, em janeiro de 1961. Logo em seguida houve a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, que redundou em completo fracasso. Essa invasão foi realizada pelos refugiados treinados pela CIA e, ao que tudo indica, autorizada pelo governo norte-americano, que só não se envolveu diretamente por causa da péssima repercussão internacional que o ato traria. O temor de novas invasões levou CASTRO a compreender que a segurança de Cuba estaria mais bem garantida se ele se aproximasse do único país do mundo que os norte-americanos temiam: a URSS.

Assim, a revolução nacionalista e democrática se convertia em socialista. A aproximação com a URSS significava que Cuba passaria a ter como objetivo a instauração de um regime socialista. Essa atitude valeu uma represália dos Estados Unidos, que conseguiram apoio dos países latino-americanos para expulsar Cuba da

Organização dos Estados Americanos (OEA), em janeiro de 1962.

A CRISE dos mísseis

A URSS e os países do Leste europeu passaram a ser os novos aliados de Cuba, adquirindo sua produção de açúcar e fornecendo-lhe produtos subsidiados. A posição estratégica da ilha levou o governo soviético a se interessar pela instalação de bases de mísseis no território cubano, proposta aceita por CASTRO.

Dessa forma, em 1962, as bases começaram a ser instaladas. O segredo necessário a esse empreendimento foi descoberto pelos aviões de espionagem norte-americanos, que fotografavam periodicamente Cuba. A descoberta levou o presidente KENNEDY, dos EUA, a decretar o bloqueio de Cuba por navios americanos e a proibir que navios soviéticos chegassem à ilha. Ordenou, ainda, que os mísseis fossem retirados, ameaçando invadir Cuba com todo o peso da marinha se isso não acontecesse.

Foram momentos de muita tensão em todo o mundo, pois, se o governo soviético não aceitasse as exigências de KENNEDY,

provavelmente o desfecho seria uma nova guerra mundial, capaz de destruir completamente o planeta.

Como, nessa época, o dirigente soviético KRUSCHEV vinha afirmando a tese da “coexistência pacífica” (como se viu no capítulo 1), o governo soviético optou por não correr o risco do enfrentamento, firmando um acordo com KENNEDY pelo qual se comprometia a retirar os mísseis de Cuba, mas receberia também a garantia de que o governo norte-americano não tentaria invadir a ilha novamente.

O governo norte-americano aceitou e cumpriu sua parte, mas não deixou de boicotar Cuba.

TRANSFORMAÇÕES sociais

Passado esse primeiro momento de dificuldades, o governo cubano pôde, nos anos 1960 e 1970, mesmo diante de enormes obstáculos, realizar uma série de grandes mudanças no país, principalmente no campo social.

Em 1979, a revista *Veja* realizou um “balanço” de 20 anos da revolução cubana, ouvindo as mais diversas personalidades.

Alguns comentários feitos naquela época merecem destaque, por exemplo, o do historiador BORIS GOLDEMBERG, russo que residia na Alemanha. Disse ele, entre outras coisas, que os cubanos não conseguiram criar o “homem novo”, uma utopia sempre buscada pela humanidade. Mas a situação social era, indiscutivelmente, melhor do que antes. Mesmo com muitos produtos racionados, as pessoas viviam melhor. Reclamava ele, ainda, que as liberdades individuais praticamente deixaram de existir. Mas o aspecto mais positivo, segundo ele, era o fato de não existir em Cuba uma nova classe dominante, com privilégios, como existia na URSS.

O deputado italiano RENATO SANDRI, também ouvido pela revista, reconheceu que aqueles 20 anos haviam sido de dificuldades terríveis, mas o povo cubano continuou caminhando adiante, apesar do cerco asfixiante levado a efeito do exterior. Reconhecia também que Cuba não era o paraíso da abundância, no entanto, a dignidade pessoal, a educação, a saúde e o esforço do trabalho eram o patrimônio de todo o povo.

No quadro da página ao lado podemos verificar alguns dados que nos permitem compreender melhor os resultados sociais da Revolução Cubana em seu trigésimo aniversário:

Mortalidade infantil, por mil nascidos	1959: 60	1988: 16
Habitantes por médico	1959: 1000	1988: 300
Policlínicas	1958: nenhuma	1974: 336
Hospitais rurais	1958: nenhum	1974: 56
Leitos hospitalares	1958: 28.536	1974: 44.379
Expectativa de vida	62 anos em 1955/1960	74 anos em 1985/1990
Número de escolas primárias e alunos matriculados	8.232 escolas e 837 mil alunos em 1958	15.547 escolas e 2 milhões de alunos em 1974
Número de alunos por professor	41 em 1958	27,5 em 1970
Estudantes universitários	2.063 em 1958/1959	68.504 em 1974/1975
Estudantes em escolas técnicas	15.586 em 1958/1959	80.174 em 1974/1975

Todos esses números comprovam a atenção dada pelo governo revolucionário ao setor social, e os resultados foram impressionantes. Os cidadãos cubanos não pagavam nada pelo ensino e pelo atendimento médico. A consequência foi a diminuição drástica da mortalidade infantil e a erradicação das principais doenças infectocontagiosas, tanto no campo quanto nas cidades.

Desde a década de 1960, o analfabetismo já estava erradicado. O acesso à universidade multiplicou-se e formaram-se tantos técnicos que Cuba já pôde se dar ao luxo

de “exportar” alguns para países que deles necessitavam.

Escolas especializadas na formação de atletas também foram criadas, garantindo aos cubanos uma participação sempre crescente e vitoriosa nas competições internacionais como os Jogos Olímpicos e Pan-Americanos.

A mulher cubana foi também muito beneficiada. Sua participação na produção mais do que quadriplicou. Cerca de 40% da força de trabalho do país é constituída por mulheres.

PROBLEMAS internacionais

O governo cubano sempre esteve atento à política internacional, desenvolvendo a ideia da solidariedade entre os países do Terceiro Mundo. Não se pode esquecer que a própria sobrevivência do socialismo na ilha dependia, em última análise, da solidariedade dos povos da Europa Oriental e, particularmente, da URSS, pois, sem a ajuda destes, dificilmente o regime teria como se sustentar.

Favoráveis à teses da necessidade de novas revoluções de cunho socialista, os dirigentes cubanos empenharam-se em prestar sua solidariedade aos movimentos de

independência que ocorriam na África, chegando mesmo a enviar tropas para auxiliar o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) a se consolidar no poder.

Engenheiros, médicos, dentistas e professores cubanos também se fizeram presentes em mais de uma dezena de países africanos, colaborando, na medida de suas possibilidades, em programas sociais.

Porém, no plano da política externa, os cubanos enfrentaram e ainda enfrentam um problema da maior gravidade: o boicote norte-americano. Com efeito, os Estados Unidos nunca aceitaram as perdas que tiveram com a Revolução, e ainda hoje se manifestam para liquidar o regime lá instalado. Por diversas vezes os norte-americanos impuseram sanções a Cuba. E, periodicamente, tomam medidas para atrapalhar os esforços do governo cubano para se aproximar de outros povos.

Houve momentos em que parecia existir uma possibilidade de diálogo entre os dois Estados, mas em outros as tensões chegavam a preocupar a comunidade internacional. No início dos anos 1970, por exemplo, os dois países assinaram um tratado contra a pirataria aérea (para que Cuba não recebesse aviões sequestrados por terroristas). No governo do presidente norte-americano CARTER (1976-1980), foi suspensa a proibição de cidadãos

norte-americanos visitarem Cuba e abriram-se embaixadas nos dois países.

No governo REAGAN, entretanto, a tensão voltou a predominar. Seguidas ameaças e até mesmo a invasão de Granada, uma pequena ilha do Caribe, por soldados norte-americanos serviram como tentativas de intimidação do regime cubano.

Os problemas cubanos tornaram-se muito mais graves quando ocorreu a implosão da URSS pois, a partir daquele momento a ajuda econômico até então recebida e que garantia em grande parte a sobrevivência da ilha cessou por completo, causando uma situação de dramática penúria, obrigando FIDEL a tomar atitudes que provavelmente não tomaria se as circunstâncias fossem outras. Examinaremos a seguir os problemas enfrentados pelos cubanos em razão da paralisação da ajuda soviética.

Em 1996, no governo CLINTON, foi aprovada nos Estados Unidos a Lei Helms-Burton, oficializando o embargo econômico a Cuba. Essa lei foi assim nomeada por serem seus autores o senador JESSE HELMS e o deputado DAN BURTON, ambos defensores de medidas radicais contra o governo FIDEL. Ela estabeleceu medidas duras, passando para o Congresso qualquer decisão com respeito às relações com Cuba.

A lei era tão radical que gerou protestos, pois foi entendida até como violação da soberania dos países, conforme a análise do cientista político da Universidade de Chicago, TODD A. BENSON. Para ele, ao conceder aos cidadãos e às empresas norte-americanas o direito de processar, nos tribunais dos EUA, aqueles que “traficam” em propriedades nacionalizadas pelo governo cubano e que pertenciam a cidadãos ou empresas norte-americanas e ao impedir a entrada nos EUA de executivos e de acionistas majoritários das companhias que mantém negócios em Cuba, a Lei viola acordos internacionais de comércio e constituem uma invasão à soberania de outras nações.

A conclusão desse autor é de que a Lei Helms-Burton, aprovada sob a alegação de que forçaria o regime cubano a se democratizar estava conseguindo exatamente o resultado oposto, na medida em que forneceu mais argumentos para Fidel atacar os Estados Unidos e, ao contrário de abrir o regime, mantê-lo fechado.

Em 1998, após a visita do Papa João Paulo II a Cuba, centenas de prisioneiros políticos foram libertados. O papa, na ocasião, fez um apelo para que o mundo se abrisse para Cuba e para que a ilha se abrisse para o mundo.

CUBA E URSS: dependência/ solidariedade

Como foi visto, a opção pelo socialismo fez com que Cuba se aproximasse da URSS, de quem passou a depender fortemente. De fato, logo após a Revolução, os cubanos tinham apenas o açúcar para vender. Ele era comprado pelos Estados Unidos, mas, com as rivalidades entre os dois países, os norte-americanos não compraram mais. E, além disso, recusaram-se a vender para os cubanos os demais produtos e matérias-primas de que eles necessitavam.

A URSS então passou a suprir as necessidades cubanas. Comprava todo o açúcar, vendia petróleo, alimentos, medicamentos etc.

Para muito autores, em especial aqueles mais ligados aos EUA e críticos mais duros do regime cubano, o que ocorreu foi apenas uma troca de dominadores. O jornalista gaúcho JORGE ESCOSTEGUY, que esteve em visita a Cuba às vésperas do 20º aniversário da Revolução e escreveu um livro relatando sua viagem, entendeu que os cubanos não consideravam dessa forma. As pessoas com quem conversou deixaram claro não haver termos de comparação entre a dominação

norte-americana de outrora e a pretensa “dominação” soviética.

Os soviéticos não exploravam o povo cubano, não se aproveitavam da miséria para aumentar seus lucros. Pelo contrário, vendiam seus produtos por preços bem menores que os do mercado internacional e, quando ocorria de Cuba acumular saldos negativos, renegociavam essas dívidas em prazo longos e, normalmente, sem cobrar juros. Era o que FIDEL CASTRO definia como “intercâmbio satisfatório” entre as duas nações.

O grande problema, e os tempos atuais confirmam isso, é que os cubanos, em virtude dos embargos e ameaças norte-americanos, tinham suas atividades comerciais apenas com a URSS e a Europa Oriental. Assim, quando essa região entrou em processo de decadência, no final dos anos 1980 e início dos 1990, os reflexos foram imediatos. Enfrentando os gravíssimos problemas econômicos internos, GORBACHEV assumiu que a URSS não poderia mais manter as relações privilegiadas com Cuba e outros países socialistas, abandonando-os à sua própria sorte. Não é de se admirar, portanto, que GORBACHEV seja uma *persona non grata* aos cubanos.

A partir daí, evidentemente, as coisas se complicaram tremendamente para os cubanos, pois os Estados Unidos continuaram com seus embargos (veja-se, por exemplo, o caso da Lei

Helms-Burton) e o governo de FIDEL passou a ser pressionado como nunca para abandonar o “socialismo”, abrir o país ao capital internacional e “possibilitar a democracia na ilha”. Na visão dos Estados Unidos e de vários outros países ocidentais, o regime cubano não é democrático e sim ditatorial, pois em Cuba prevalece o sistema de partido único e não há total liberdade de imprensa.

ESPORTE e cultura

Os cubanos podem passar a impressão de que são um povo permanentemente preocupado em se defender dos Estados Unidos e como tal, vivem estressados, de armas em punho, prontos a lutar a qualquer momento. A realidade não é bem assim. Os cubanos se parecem muito com os brasileiros. Apreciam esportes, gostam de música, passeiam muito pelo próprio país. E reclamam, também, do que lhes falta. As gerações mais antigas “idolotram” FIDEL, porque sabem que suas vidas mudaram radicalmente após a Revolução, mas as mais jovens, que nasceram sob as conquistas sociais revolucionárias, têm outros sonhos, principalmente de consumo, que o governo não pode atender, em virtude de todos os problemas já examinados.

Porém, o bom humor dos cubanos não se deixa abalar, e os prazeres que existem nas noites e nas férias são muito bem aproveitados.

JORGE ESCOSTEGUY, que citamos anteriormente, afirmava em seu livro que turistas se espantavam pela dificuldade em reservar lugares nos cabarés e restaurantes de Havana, nos fins de semana e nas quartas-feiras, quando não há aulas à noite. Filas se formavam em todos os locais de diversão!

A vida cultural também é grande e de qualidade, o mesmo ocorrendo com a esportiva. O cinema cubano é tido como um dos mais expressivos. A produção é intensa, tanto de longas-metragens quanto de documentários e diversos prêmios internacionais já foram conquistados pelos cineastas. O teatro, a dança e a música também são bastante atuantes. O mais significativo é a possibilidade de qualquer cidadão poder desenvolver seus talentos, como já afirmou o cineasta RIGOBERTO LÓPEZ.

Os esportes têm um grande papel na sociedade cubana, como já salientamos.

O FIM DA AJUDA soviética: o fim da utopia?

Com a ascensão de GORBACHEV na URSS em 1985, Cuba se viu às voltas com um problema inesperado. O “intercâmbio satisfatório” de que falava FIDEL não existia mais. Os soviéticos avisaram ao governo cubano que novas trocas comerciais seriam de acordo com as normas e os preços do mercado internacional.

De imediato, isso significou que Cuba passou a pagar mais pelo petróleo e a receber menos pelo açúcar, o que afetou enormemente a economia da ilha. As mercadorias começaram a escassear, a *libreta* (caderneta que controla a quantidade de produtos que cada família pode adquirir mensalmente) voltou a fazer parte do cotidiano. A falta de petróleo fez com que a maioria dos ônibus e automóveis não pudessem mais circular e as bicicletas voltaram a ser o grande meio de transporte. Além disso, o governo teve de decretar o *apagón*, ou seja, o racionamento de energia, diariamente.

Um jornalista que esteve em Cuba em 1993, JO THOMAS, descreveu uma cena curiosa: deu carona a uma moça, entrou com ela no apartamento para conhecer a família, encontrou tudo escuro e começou a conversar

sem sequer enxergar as pessoas que estavam presentes. Só dava para perceber que a sogra estava preparando sopa de batata e arroz utilizando a única “luz” existente: a gerada pelo gás do fogão.

A par disso, a manutenção do embargo econômico norte-americano contribuiu para agravar ainda mais a situação. O governo cubano, mesmo afirmando que não iria realizar reformas do tipo das que foram feitas na URSS, acabou por ceder em alguns pontos, abrindo espaço para a iniciativa privada e até mesmo para o capital estrangeiro. Como assinalou o professor MONIZ BANDEIRA, mudanças constitucionais passaram a reconhecer a existência de empresas mistas, ou seja, de capital privado e estatal.

O desenvolvimento do turismo tem possibilitado o ingresso de dólares na ilha já que os turistas não podem usar a moeda cubana, o peso. Se, por um lado o governo consegue atrair dólares, por outro ressurgem alguns aspectos que eram característicos do período de dominação norte-americana e que haviam sido banidos, como a prostituição e a corrupção.

Não há como reprimir a prostituição: os dólares que elas recebem podem alimentar famílias inteiras. Tal como na URSS, a mulher é a grande vítima das mudanças...

E O FUTURO?

Por meio desta síntese, pudemos ter uma visão global dos dramas vividos pela população cubana desde que os revolucionários desceram da Sierra Maestra, derrubaram o ditador BATISTA e procuraram realizar a independência econômica de Cuba, produzindo o conflito com os Estados Unidos, nunca conformados por perder sua influência na ilha.

O grande dilema de Cuba já foi apontado: a dependência da ilha em relação à URSS, causada pelo embargo e pelas pressões dos EUA. A situação cubana foi profundamente afetada pelo colapso político-econômico da URSS, impelindo o país a realizar uma abertura com ritmo e moldes talvez não tão vantajosos para sua população. A grande questão hoje é “como sobreviver”. Terá condições de inserir-se numa economia globalizada? Até quando as pressões norteamericanas continuarão?

Agora que FIDEL já se afastou e as reformas continuam, não seria o momento de o governo dos EUA atuar no sentido de romper o isolamento da ilha?

Fica no ar a pergunta: os Estados Unidos querem mesmo a democratização de

Cuba, ou faz parte do imaginário das elites políticas norte-americanas a destruição implacável do regime e dos homens que o construíram?

A Revolução Cubana foi em vão? Não teria passado de um sonho, de mais uma utopia do século XX?

Deixamos a conclusão para você, leitor(a).

Conclusão

Em um artigo publicado no Brasil na década de 1960, ISTVAN MÉSZÁROS narrava uma piada que corria na então URSS, envolvendo um suposto programa de entrevistas de uma fictícia “Rádio Yerevan”. Um cidadão soviético fazia perguntas ao locutor:

Pergunta do ouvinte: É verdade que há socialismo no nosso país?

Resposta da Rádio: O que você pergunta, camarada, é se é verdade que luxuosos carros americanos serão distribuídos este sábado à tarde na Praça Vermelha. É perfeitamente verdade, com três observações: não serão americanos, mas sim russos; não serão carros, mas sim bicicletas; e não serão distribuídos, mas sim confiscados.

Analisando essa piada, MÉSZÁROS deixava claro que ela refletia a impotência dos cidadãos soviéticos perante a constante violação dos ideais do socialismo. E acreditamos que se essa piada fosse ambientada em Havana ou em Pequim, poderia ser formulada nos mesmos termos, pois em todos os três países que examinamos

nos capítulos precedentes poder-se-ia fazer a mesma questão: o socialismo estava presente?

Convido o(a) leitor(a) a voltar à introdução deste livro e, a partir daí, decidir por si mesmo se o histórico dos três movimentos revolucionários examinados correspondeu à realização plena das teorias e promessas do socialismo.

Existem muitas interpretações a respeito. Desde aqueles que entendem que o “socialismo real” era de fato o socialismo, passando por outros que consideram que ainda se vivia uma “fase de transição”, e chegando aos que negam completamente o caráter socialista dessas revoluções concretas. É, no entanto, um debate demasiado teórico, e foge de nosso propósito enveredar por esse caminho.

Precisamos, entretanto, discutir algumas questões importantes que surgem à medida que estudamos os processos revolucionários soviético, chinês e cubano.

É forçoso reconhecer que, independentemente de terem construído uma sociedade socialista, nos três países examinados ocorreram situações essencialmente novas, dignas de atenção. Do ponto de vista social, algumas realizações foram extraordinárias, em especial se

considerarmos o curto espaço de tempo em que foram encampadas.

Como ignorar, por exemplo, as conquistas revolucionárias no campo da educação? Os dados que apontamos nos capítulos anteriores deixam claro que uma verdadeira revolução se deu neste campo, apresentando resultados admiráveis. Com exceção da China, talvez pelo elevado número de habitantes, o analfabetismo foi praticamente erradicado e o acesso à educação média e superior foi ampliado em proporções nunca vistas.

O mesmo se pode dizer do setor da saúde. Não existia antes praticamente nenhuma estrutura e, em meio século, o quadro foi sensivelmente alterado, melhorando as condições gerais de vida dos habitantes, e possibilitando até mesmo o aumento da expectativa de vida.

Pessoas que não tinham sequer onde morar ganharam condições de ter seu apartamento, sua *dacha* (casa, na ex-URSS. Existem as que mais parecem choupanas e as luxuosas). É bem verdade que nem todos tiveram essa possibilidade. Era comum encontrar-se, ainda nos anos 80, famílias tendo de dividir um apartamento, mas se olharmos a questão sem preconceito, não há como negar que o avanço nesse campo também foi acentuado.

E o que dizer da preocupação com as crianças? Cuidadas pelo Estado desde a gestação, elas cresceram encontrando possibilidades de estudo e trabalho que seus pais e avós não tiveram em sua infância. A mulher também foi beneficiada. Em qual país do mundo capitalista elas conquistaram seus direitos em tão curto espaço de tempo?

Transporte barato (o metrô de Moscou ficou mais de 40 anos sem ter seu preço alterado), alugueis baratos, alimentos baratos, apesar das filas periódicas e dos cartões de racionamento em determinados períodos: tudo isso deve ser creditado na conta positiva. Tão positiva que deixou os governos da Europa Ocidental preocupados no pós-guerra, pois seus trabalhadores, apesar da riqueza dos países, não tinham essas condições que os países ditos socialistas apresentavam.

Não foi por acaso que, a partir de 1945, ganharam força os welfare states (estados de bem-estar social). Tais estados, politicamente liberais ou democráticos, utilizavam-se da interferência estatal na economia para garantir o bem-estar social, notadamente no campo do seguro-desemprego, das aposentadorias, enfim, da previdência social, buscando melhorar as condições de vida e de trabalho. Essa postura política serviria como uma prevenção, seria o melhor antídoto para se evitar que os trabalhadores ocidentais viessem

a participar de movimentos revolucionários que pusessem em questão a sobrevivência do capitalismo.

Portanto, o mundo dito socialista modificou muita coisa, e não foi apenas internamente.

Talvez o maior problema com que se defrontaram os revolucionários dos três países tenha sido o fazer uma revolução socialista em países pobres, com atividades agrícolas pouco produtivas e indústria quase inexistente. As expectativas da população deveriam ser de uma ampla melhoria das condições gerais de vida, aproveitando ao máximo a capacidade produtiva já desenvolvida pelo capitalismo. Ou seja, que todos pudessem dispor de tudo o que se produzia. Mas em países em condições econômicas caóticas (guerras mundial e civil e exploração imperialista, entre outros problemas) a única possibilidade realmente existente era a de socializar a miséria.

Uma das mais lúcidas visões dessa questão foi fornecida pela militante comunista ROSA LUXEMBURGO, quando ocorreu a Revolução Russa. Naquela ocasião, ROSA encontrava-se presa, mas produziu um livreto interessante e brilhante, *A Revolução Russa*. Uma de suas argutas observações pode nos ajudar a entender os limites que tais movimentos tiveram:

[os bolcheviques] continuam a ter o mérito imperecível de terem aberto o caminho ao proletariado internacional ao tomarem o poder político e ao porem o problema prático da realização do socialismo, e foram os únicos que fizeram progredir, consideravelmente, em todo o mundo, o conflito entre o capital e o trabalho. Na Rússia podia apenas pôr-se o problema. Na Rússia não podia resolver-se. (grifo nosso)

A visão de ROSA parece-nos de uma clareza impressionante. O problema do início de uma revolução socialista, que deveria ter um caráter mundial, poderia ser posto na Rússia, já que o Império fazia parte do mundo capitalista (era uma área periférica, com certeza, mas estava integrada a ele). Na Rússia somente, ele não poderia ser resolvido. Seria necessário que toda a Europa Ocidental acompanhasse o movimento, pois, dessa forma, utilizando a capacidade produtiva já instalada na Alemanha e na França, por exemplo, haveria condições de produzir de tudo para todos. Sabe-se que LENIN e, principalmente, TROTSKI possuíam essa visão, mas como vimos LENIN morreu logo após a tomada do poder e TROTSKI foi banido por STALIN logo depois. O “socialismo num só país” terminou por revelar a impossibilidade da construção socialista, como alertava ROSA.

E o que Rosa falava, na realidade MARX já havia dito, quando afirmou que a revolução socialista necessitava de algumas pré-condições, particularmente o desenvolvimento

da tecnologia e das indústrias em todo o mundo, de tal forma que seria possível produzir de tudo para todos, sem o que corria-se o risco do “retorno à mesma velha merda”. Não poderia ter sido mais profético.

A falta dos mais elementares produtos necessários à sobrevivência produziu a desigualdade. Se esta é inerente ao capitalismo, é inadmissível numa sociedade que se pretenda socialista. O surgimento de um grupo privilegiado (os burocratas do Partido) que, além de expropriar o poder político da população (eliminando a força democrática dos soviets), assumiu o controle das atividades econômicas, gerenciando o país em seu próprio benefício e perpetuando-se no poder, mostra com clareza essa questão da desigualdade entre os cidadãos. Sem contar que, com o passar do tempo, o Estado burocrático foi-se tornando cada vez mais forte quando, segundo a teoria, o Estado deveria se enfraquecer progressivamente até seu completo desaparecimento.

Essa análise feita para o modelo soviético pode ser aplicada com pequenas variações para Cuba e China. No caso de Cuba a burocracia não chegou a ter o poder que se observou na URSS e na China, donde se conclui que os maiores problemas que inviabilizaram o socialismo estão relacionados à ameaça e aos embargos norte-americanos,

que produziram a total dependência dos cubanos em relação à URSS. Quando esta “quebrou”, arrastou consigo o regime de FIDEL CASTRO.

Este nosso livro não tem, portanto, um “final feliz”. Pudemos, ao longo das páginas precedentes, observar como projetos de construção de uma vida mais humana, mais solidária, mais justa e igualitária nasceram debaixo de grandes expectativas e esperanças, e de que maneira esses projetos falharam. Ou melhor, mostram-se decadentes neste início de século. Será que o século XXI mostrará aos nossos descendentes um mundo diferente?

Estamos todos em busca de uma ideia perdida. No lugar da ideologia comunista, sobraram misérias, máfias, seitas, prostituição, drogas, enfim, tudo aquilo que é a “banda podre” do capitalismo e contra as quais os teóricos do socialismo vociferavam.

O sonho acabou? É o fim das utopias? Ou a busca de uma nova utopia se torna necessária?

O diplomata e filósofo brasileiro SÉRGIO PAULO ROUANET, em artigo publicado no Caderno Mais! do jornal *Folha de São Paulo*, de 25 de Junho de 2000, analisando a morte e o renascimento das utopias entende que, por mais que se fale atualmente da “morte das utopias”, elas renascerão, pois podem ser

consideradas “uma dimensão permanente da condições humana”, além de serem também “expressão de grupos e estratos marginalizados”. E nos tempos atuais, em que milhões de pessoas são excluídas pela nova economia, tudo leva a crer que o pensamento utópico ganhará força, pois a utopia, no dizer do sociólogo KARL MANNHEIM, é uma “reflexão voltada para a superação da sociedade existente, em contraste com a ideologia, que tenta legitimar essa sociedade”.

E o grande cientista político italiano NORBERTO BOBBIO, falando sobre a questão da igualdade social, referencial fundamental do pensamento político considerado de esquerda, disse que não era difícil admitir os efeitos perversos que derivaram dos modos pelos quais se tentou realizar o ideal.

E BOBBIO reconhece que o problema da desigualdade permanece grave, insuportável, e extremamente perigoso. Se o comunismo histórico faliu, o desafio por ele lançado permanece.

O que acontece é que a utopia de uma sociedade igualitária não desapareceu do cotidiano da maioria das pessoas. Antes, a tendência que se pode verificar é que esta utopia tende a crescer, ainda mais perante a crise global que hoje vivenciamos. Que o “comunismo histórico” ou o “socialismo realmente existente” não conseguiram realizar

o ideal da igualdade, acredito que ficou bem claro. Porém, deve ficar claro também que as sociedades capitalistas nada fizeram de concreto para tentar realizá-lo. É assim que devemos entender o comentário final de BOBBIO: o desafio permanece.

Sugestões para leitura

A bibliografia sobre o assunto deste livro é numerosa e diversificada. Faremos referência, no entanto, apenas àquela que foi utilizada para embasar este trabalho, incluindo algumas outras sugestões de obras básicas, em português, para os interessados em saber mais sobre os três processos revolucionários que abordamos.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

Para a Revolução Russa e Europa Oriental:

CARR, E.H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *Os destinos do totalitarismo & outros escritos*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1985-6.

CLAUDIN, Fernando. *A oposição no “socialismo real” (União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia – 1953-1980)*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

DEUTSCHER, Isaac. *A Revolução Inacabada – Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin – a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- GODOY, Ivan. *Glasnost e Perestroika – a Era Gorbachev*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.
- GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika – novas ideias para meu país e o mundo*. 14 ed. São Paulo: Best Seller, 1987.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática – os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEMINSKY, Paulo. *Leon Trotski – a paixão segundo a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. São Paulo: Marco Zero, 1983.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Lisboa: [s.ed.], 1975.
- MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika – a Era Gorbachev e o despertar do povo soviético*. São Paulo: BuscaVida, 1989, 2 v.
- MARABINI, Jean. *A Rússia durante a revolução de outubro*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- MÉSZÁROS, Istvan. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. *Ensaio*. São Paulo: Ensaio, (14), 1985, p. 49-84.
- MICHELENA, José Agustín Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORRO, Alessandro. A Revolta da Hungria. *Realidade*. São Paulo: Abril, I,7, out/66, p. 124-131.

REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. *A Revolução Russa – Cinquenta anos de história*. Caderno Especial 1, nov/1967,

VOLIN. *A Revolução desconhecida – nascimento, crescimento e triunfo da revolução russa (1825-1917)*. São Paulo: Global, 1980.

Para a Revolução Chinesa:

KRISTOF, Nicholas. A ascensão da China. *Política Externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, nº4, mar/1994, p. 3-14.

LINSHAN, Hua. *Os anos vermelhos – memórias sobre a revolução cultural chinesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MANDEL, Ernest et al. *A China antes e depois de Mao*. Lisboa: Antídoto, 1977.

SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo e neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna; quatro séculos de História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Para a Revolução Cubana:

BANDEIRA, Moniz. Os desafios da Revolução Cubana. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.154, out/1992, p. 38-39.

- BENSON, Todd A. A lei Helms-Burton: um obstáculo à democracia em Cuba? *Política Externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 9, n^o1, jun./jul./ago.2000, p. 107.
- BORDA, Fals. *As revoluções inacabadas na América Latina* (1809-1968). São Paulo: Global, 1979.
- CASANOVA, Pablo González (org) *América Latina – história de meio século*. Brasília: UNB, 1990, v. 3.
- ESCOSTEGUY, Jorge. *Cuba hoje – 20 anos de revolução*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: TAQueiroz, 1979.
- JAKOBSKIND, Mário Augusto. *América Latina – histórias de dominação e libertação*. Campinas: Papyrus, 1985.
- SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina – as etapas da dominação*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.